



# Anais da Assembléia

N.º 28 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1985 ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1985.  
(QUARTA-FEIRA)..

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Artagão Mattos Leão.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita a Senhora 1.ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

38 Senhores Deputados responderam a chamada, Senhor Presidente.

A Mesa procederá a verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação).

26 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. **Está aprovada a ata.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM n.º 82/85

Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m. (dois mil e novecentos metros quadrados), na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do Instituto de Assistência ao Menor- IAM e adquirida pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n.º 3769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

O imóvel cuja autorização para alienação é consubstanciada no Plano de Lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis, vem, de longa data, sendo utilizado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná- TELEPAR, sociedade de economia mista sob controle acionário da União, constituindo-se, portanto, órgão da Administração Indireta Federal, na condição de pessoa jurídica de direito privado. Vale, por oportuno, esclarecer que a TELEPAR é proprietária das áreas lindeiras àquela que se pretende alienar.

Merece, por outro lado, ressaltar que o anteprojeto contém dispositivo expresso determinando que os recursos obtidos na alienação em causa serão repassados ao Instituto de Assistência ao Menor- IAM, que os deverá aplicar em programas de assistência e amparo ao menor. Este fato, em si mesmo, é uma inequívoca demonstração de

que a medida proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI 55/85

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná- TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m. (dois mil e novecentos metros quadrados), na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do Instituto de Assistência ao Menor- IAM e hávida pela Estado do Paraná, conforme escritura pública de desapropriação lavrada a fls. 1, do Livro 214-N, do 5.º Tabelionato de Notas, da Comarca de Curitiba e matrícula n.º 3769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da mesma Comarca.

Art.2.º- O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior deverá ser repassado ao Instituto de Assistência ao Menor- IAM e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 83/85  
Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoreamento datado de 4 de março de 1985 ao Convênio n.º 13/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de reforma do terminal rodoviário da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 84/85

Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo datado de 15 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 28 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná- OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N.º 85/85  
Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do 8.º Termo Aditivo, datado de 13 de março de 1985 ao Convênio celebrado em 20 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução das atividades delegáveis de defesa sanitária animal, assim como do 11.º Termo Aditivo, datado de 13 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 7 de outubro de 1976, entre as mesmas Partes e objetivando dar continuidade aos serviços de informação sobre o Mercado Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 86/85

Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do 1.º Termo Aditivo, datado de 11 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 16 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5.º Termo Aditivo, datado de 11 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 31 de março de 1981, entre as mesmas Partes e objetivando a execução das atividades de defesa e vigilância fitossanitária.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 87/85

Curitiba, 15 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva elevar, para 170% (cento e setenta por cento), o índice percentual fixado no art. 15, da Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, tem sua conveniência e oportunidade ligadas ao fato de que, por ocasião do reajuste geral dos vencimentos do funcionalismo do Estado, concedido pela Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, os membros da Magistratura, do Ministério Público, os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, tiveram percentual de majoração inferior. Isto ocorreu em face de preceitos constitucionais, mormente daquele contido no § 4.º, do art. 144, da Carta Magna da Nação, e, também, em razão dos valores atribuídos aos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, através do Decreto-Lei n.º 2.172, de 19 de novembro

de 1984.

Ocorre que, por legislação posterior, os Ministros da Suprema Corte de Justiça tiveram sua remuneração majorada, e, assim, pela elevação de parâmetros legais, e tendo em vista o art. 97, combinado com os arts. 41 e 57, todos da Constituição Estadual, surgiram condições no sentido de atendimento de justas reivindicações formuladas pelos integrantes das carreiras ou cargos antes mencionados, na forma substanciada no anexo anteprojeto de lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O índice percentual fixado no art. 15, da Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984, fica elevado para 170% (cento e setenta por cento).

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros são devidos a partir de 1.º de abril do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a reinclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 153/84, de autoria do Parlamentar.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o arquivamento de forma definitiva do Projeto de Resolução n.º 20/84, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário,

seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador ALEIXO KOTKOWSKI, ocorrido na data de hoje, no Município de Campo do Tenente.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) DONATO GULIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Vereador ALEIXO KOTKOWSKI, atual Vice-Presidente da Câmara Municipal de Campo do Tenente, ocorrido nesta data no Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

Perde o Município de Campo do Tenente uma de suas maiores figuras públicas com o inesperado falecimento de ALEIXO KOTKOWSKI.

Nascido há 53 anos, em Araucária, o extinto radicou-se muito cedo em Quitandinha e posteriormente passou a residir em Campo do Tenente, dedicando-se à agricultura. Sua popularidade e a facilidade de conquistar amigos levaram-no a ingressar na vida política.

Foi um dos fundadores do extinto Partido Popular, de cuja aliança levou-o ao PMDB, sendo seu Conselheiro Executivo. Candidato à vereança nas eleições de 1982, a vontade popular sufragou seu nome dando-lhe a maior votação naquela oportunidade. Com isso, foi imediatamente eleito Presidente da Câmara Municipal para, em fevereiro findo, na constituição da nova Mesa Executiva eleger-se seu Vice-Presidente.

Em vida, Aleixo deixou grandes exemplos de figura humana, quer como político, trabalhador ou chefe de família. Deixa viúva Dona Estela Rikdal Kotkowski e os filhos Haroldo e Eliete. Seu sepultamento será realizado amanhã (dia 18) às 8:00 horas, em Campo do Tenente, com missa de corpo presente.

Assim, Senhor Presidente, homenageando o ilustre homem público ALEIXO KOTKOWSKI, com a consignação de um voto de pesar pelo seu falecimento nos Anais desta Casa, estaremos também homenageando o povo, seus amigos e correligionários de Campo do Tenente, como forma de gratidão por tudo o quanto ele lhes fez em vida.

Requer igualmente o envio de expedien-

Curitiba, quarta, em 17.04.85

te aos seus familiares, à Prefeitura, à Câmara Municipal e ao Diretório do Partido de Campo do Tenente, comunicando-lhes nosso sentimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,

REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora GRETCHEN GONZAGA VIEIRA, ocorrido no dia 16 do corrente, em Curitiba.

A extinta era progenitora do Senhor Joubert Gonzaga Vieira, digníssimo Prefeito de Antonina; esteio de tradicional família capelista, onde era muito estimada e seu desaparecimento causou grande consternação na sociedade antoninense.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) a NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento dos Senhores MOYSES PARCIANELLO e TOMIO TANIGUTI, respectivamente, pai e cunhado do Vereador HERMES PARCIANELLO, ocorrido dia 10 de abril corrente, em acidente automobilístico próximo à cidade de Cascavel.

Requer, ainda, seja transmitida à família enlutada esse voto de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, destinada a opinar com respeito ao Projeto de Lei Complementar n. 217/84, que dispõe sobre a organização dos Municípios e de outra providências.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do Governo e PMDB.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de congratulações pela passagem do 106.º aniversário do Município de Palmas.

Outrossim, solicita que seja cientificado o teor aos Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um VOTO DE LOUVOR, pelo transcurso do 4.º Aniversário da ARA- ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCÓOLATRA, da Cidade de Ivaiporã, transcorrido no último dia 13 de abril de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor ALZIRO CUSTÓDIO TEIXEIRA, Mui Digno Presidente da Entidade acima referenciada, endereçando-se para Avenida Brasil n.º 1400- Ivaiporã- Pr.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## JUSTIFICATIVA:

Com o alarmante aumento do índice do alcoolismo, é justo que se destaque o trabalho de um grupo de homens e mulheres abnegados, dispostos a auxiliarem na recuperação daqueles que, doentiamente se entregam à bebida. O dignificante trabalho dos integrantes da ARA- ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCÓOLATRA, da cidade de Ivaiporã, merece, sob todos os pontos de vista, o apoio e o reconhecimento pelo serviço humano e social que presta à sociedade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Anteprojeto a fim de ser verificada a possibilidade de implantação de medidas para aplicação de verbas do BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime

de mutirão implantado pela COHAPAR.

Esclarece, outrossim, que o referido Anteprojeto, de sua autoria, se encontra em anexo a este requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

## ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica o BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário, obrigado a aplicar 15% (quinze por cento) da importância destinada à construção civil, na edificação de conjuntos habitacionais, pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR.

Art. 2.º- As taxas de juros a serem pagas pelos mutuários das edificações de que trata o art. 1.º, equivalerão à taxa de remuneração paga pelo BANESTADO às Cadernetas de Poupança.

Art. 3.º- O Poder Executivo regulamentará no prazo de 60 (sessenta) dias, a execução do disposto na presente lei.

Art. 4.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa instrumentalizar a COHAPAR com melhores meios para atender a demanda de habitação para a população carente. O BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário, ao aplicar a quantia proposta não sofreria qualquer estrangulamento do seu sistema, pela proporção do valor, além de estar cumprindo com uma função social constante de seu regimento.

Por outro lado, estar-se-ia amparando um programa que, além de vitorioso, em função da sua finalidade, tem como fator influente, entre outros, o de ter um custo de cerca de 70% abaixo do convencional, e ainda pelo fato de que os juros a serem pagos pelos mutuários não afetar o preço da construção.

Ficariam, desta forma, abertos diversos canais de resolução de problemas sociais, sem que fosse necessário criar novas formas de arrecadação para um melhor alcance da finalidade básica proposta.

Pelo exposto, pretendemos a aprovação do presente plano de lei, como medida da mais ampla justiça.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e o Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, no sentido de determinar a desburocratização para autorizar internamento de pacientes desprovidos de recursos no Hospital Psiquiátrico de Jandaia do Sul, referente ao Convênio da SERVI- pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha, credenciando os Chefes de Postos de Saúde do Município a autorizarem o internamento, independente de deslocar o doente para os Distritos Sanitários Regionais.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da realização de estudos objetivando a implantação de um programa de fluoretação na rede de água na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Tendo em vista os elevados e alarmantes índices de dentes cariados que podem ser encontrados na população brasileira, faz-se necessário a adoção de medidas que possam, efetivamente, vir de encontro a uma política do setor de saúde capaz de reverter tal situação.

Neste sentido, quanto a higiene bucal, além da necessidade de campanhas de conscientização, é importante pôr em prática outros procedimentos, como a fluoretação.

Certamente com a implantação de um programa de fluoretação, fora de qualquer dúvida que muitos são os índices que poderão ser baixados, ante aos resultados de tal programa, quanto a muitas cáries que serão evitadas.

Diante da exposição de motivos, espera-se que, no que diz respeito ao Município de Campina da Lagoa, a implantação do programa possa ser uma realidade, através dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, dando o necessário apoio a esta que é uma importante reivindicação em favor do povo laborioso daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTONIO FONSECA, infra firmado, no desempenho de suas atribuições mandatárias, conforme o Regimento Interno faculta, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deny Lineu Schwartz, pedindo-lhe que seja iniciada urgentemente a construção da pista asfáltica da estrada que liga as cidades de Missal e Medianeira, e àquela com a BR 277, passando por Portão do Ocoy e Vista Alegre, conforme o projeto já concluído no cronograma de obras rodoviárias do Estado, pelo atual Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTONIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. Já por ocasião da campanha eleitoral em 1982, a comunidade do Município de Missal apresentara ao então Virtual Governo do PMDB, a sua reivindicação concernente à ligação asfáltica daquele município, com a BR 277 que escoia a produção agrícola ali colhida, aos mercados de exportação e consumo alcançados pela BR 277. E, fiel aos seus compromissos com o povo do Paraná, o Excelentíssimo Governador José Richa, através da Secretaria de Estado dos Transportes, já concluiu o projeto de construção dessa estrada, e se prontifica a bancar parte do seu custo de execução, embora ela, por direito compensatório do Estado contra os prejuízos territoriais sofridos com a construção de Itaipu, seja de responsabilidade do Governo Federal.

2. A esses compromissos históricos, ajunta-se agora, o interesse do Governo do País, em assentar a economia da Nação, sobre a produção agrícola, como forma de socorro à fome e ao desemprego que assola a nossa população, em cujo contexto, a interligação asfáltica das regiões produtoras de alimentos, entre si e com os corredores de exportações, vem fazer parte da infra-estrutura básica desse ideal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, CLAUD MAGNO GERMER, solicitando verba para custear 50 horas de trabalho de trator na construção de tanques de piscicultura no Colégio Agrícola de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## JUSTIFICATIVA:

O Colégio Agrícola de Campo Mourão não dispõe de verbas para custear as despesas com horas/máquina na construção de tanques de piscicultura, necessários no aprendizado de seus alunos. Por parte do Colégio Agrícola foi conseguido junto à FUNDESCAM de Campo Mourão o óleo combustível necessário e a hospedagem do operador de máquina para a construção dos tanques de piscicultura.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo às formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INCRA, solicitando o empenho do mesmo com relação a titulação dos lotes remanescentes da Gleba Londoeste - no Distrito de São Celestino, Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

## JUSTIFICATIVA:

São oito famílias que estão a pleitear a referida titulação uma vez que as possibilidades de negociações com o detentor de título do Estado sobre a mesma área chegaram a seu limite extremo.

Um problema que se alastra desde 1976, quando nós tomamos conhecimento através da Comissão Pastoral da Terra, nos informando na época que eram um total de 500 famílias que entraram em acordo com o proprietário EFRAIM MACHADO que, inclusive, fornecia autorização para o INCRA fazer a escrituração das terras aos ocupantes.

Destas 500 famílias remanesceram 11 famílias diante das quais o proprietário tomou atitude discriminatória, não mantendo o preço do acordo de então, alegando tratar-se a referida área ser considerada lote urbano.

Verificando os mapas junto ao INCRA, constatamos que as informações eram falsas e percebemos que o INCRA, na época, não se empenhou para que o acordo negociado com as demais famílias fosse mantido com os que ora estavam sendo discriminados.

Levamos o caso ao conhecimento do INCRA, em Brasília, acompanhados pelo Deputado Federal Paulo Marques, sem obter nem sequer manifestação do INCRA.

Continuamos gerenciando através da Pastoral da Terra e da Igreja. Em 02 de setembro de 1981, graças ao esmero e esforço do Doutor Paulo Sommer, armou-se uma segunda fase de negociação, nas quais o INCRA estabelecia o preço de CR\$ 198.585,00 (cento e noventa e oito mil,

quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros), por alqueire, para o pagamento em 3 anos. Entretanto, os posseiros julgaram-se incapazes economicamente de assumir tal ônus, frustrando assim as negociações. Entretanto, como já haviam passado mais de 20 anos os posseiros resolveram recorrer à justiça através do instrumento de usucapião. Tratando-se de área devoluta da União, o usucapião, deixou de ser recebido pela justiça, restando apenas o caminho da titulação da área pelo INCRA.

Julgamos ser de justiça, de fazer o INCRA valer a sua condição de proprietário por tratar-se de área de fronteira e titular simples e puramente os que por tantos anos veem cultivando aquelas terras em forma de uma posse mansa e pacífica.

Sem querermos entrar em detalhes históricos, que em nada recomendam a pessoa do proprietário Efraim Machado, cuja prepotência com uso de violência e valendo-se até mesmo de pistoleiros, já foram devidamente denunciadas por este Parlamentar na C.P.I., da Terra na Câmara Federal, em Brasília.

Viemos requerer o que é de justiça, e queremos crer que na Nova República, os fracos e oprimidos tenham a oportunidade de ver realizar seus sonhos por tantos anos esperados em meio a muito trabalho e luta.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, M.D. Secretário de Estado da Segurança Pública, para que o mesmo proceda a construção de uma Delegacia de Polícia no Município de Nossa Senhora das Graças, dada a importância que tem esta delegacia em atender ocorrências no Município.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Em virtude do mal estado em que encontra o prédio da Delegacia do Município de Nossa Senhora das Graças, fazemos tal apelo ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de construir novo prédio para atender as exigências que a mesma requer.

O prédio em uso atualmente, construído há muitos anos não oferece condições de segurança adequadas para atender a população.

Sendo esta uma aspiração de maior segurança e de grande importância para a po-



pulação do Município de Nossa Senhora das Graças, pedimos à Casa, após deliberação do Plenário, expedir tal solcitação com vista a execução do empreendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Governador José Richa e à Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando que o Estado remunere os Engenheiros Agrônomos que trabalham nos Colégios Agrícolas Estaduais a partir do piso de um salário-mínimo profissional.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

Em 1966 os engenheiros brasileiros conseguiram uma importante conquista com a promulgação da Lei Federal n. 5194, que estipula um salário-mínimo profissional para a categoria, isto é, um piso salarial para garantir as condições mínimas para uma vida digna de profissional e de sua família. Infelizmente esta lei tem sua ação legal limitada apenas à, iniciativa privada, não atingindo os engenheiros que trabalham para o Estado ou para as empresas vinculadas a ele.

Todavia, entendemos que, mesmo o Estado não tendo orientação legal de entender esta conquista para os engenheiros que estão a seu serviço, é justo que o Executivo paranaense encampe esta reivindicação,, valorizando os quadros estaduais e a categoria dos engenheiros que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento do Paraná.

Por estes motivos solicitamos ao Sr. Governador José Richa e a Senhora Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, que concedam remuneração aos Engenheiros Agrônomos que trabalham nos Colégios Agrícolas Estaduais, a partir do piso de um salário-mínimo profissional, de acordo com os termos da Lei n. 5.194.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no desempenho de suas obrigações mandatárias, conforme lhe facultada o Regimento Interno, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes Dr. Affonso Alves de Camargo Netto, pedindo-lhe apoio ao Governo do Estado do Paraná, para que este cumpra o cronograma de obras rodoviárias necessárias ao desenvolvimento da economia agrícola do Estado, no qual se inclui a estrada que liga os municípios de

Medianeira e Missal, numa extensão de 40 Km. onde se aglutina um dos minifúndios exemplares do Brasil, quer pelo volume de alimentos que produz, quer pelo inventário agrário da região que o plano de colonização formou.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

Já por ocasião da construção de Itaipu, o Governo Federal prometeu como desdobramento indenizatório pela área alagada, às populações remanescentes, o asfaltamento de todas as estradas rurais de interligações municipais, e destes, com os respectivos corredores de exportações, que naquela região é a BR-277.

Na mesma ordem de interesse, o Governo do Estado já fez incluir no seu cronograma de obras rodoviárias, já com projeto aprovado, a estrada que liga Medianeira à Missal, inclusive propondo-se a bancar os respectivos custos, até 50% do seu total, que é até onde agüenta o Orçamento do Estado.

Além disso, o asfaltamento dessa estrada representará um valioso socorro governamental tanto de infra-estrutura de desenvolvimento rural do Paraná, quanto de atendimento às antigas e justas aspirações daquelas populações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento, sugerindo medidas para franquear, pelo prazo de seis meses, a efetivação de depósitos em cadernetas de poupança, sem que haja necessidade de comprovação da origem desses depósitos, para efeitos fiscais, taxando-os simbolicamente.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O empresariado nacional, as classes produtoras, tanto as sediadas na cidade como no campo, mostram-se esperançosos ante a perspectiva de uma possível queda das taxas de juros bancários, reputadas como altamente inflacionárias e provocadoras da recessão que engolfou o país nos últimos anos.

Com a adoção da medida ora sugerida, esperamos ver o enorme volume de dinheiro existente no mercado paralelo dar entrada nos bancos, concorrendo para o alcance do objetivo governamental de se forçar a queda das taxas de juros.

A proposição em tela, se encampada pe-



los Ministérios da área econômica, teria ainda o condão de, em virtude da não necessidade de se comprovar a origem, canalizar incommensurável soma de numerário para as instituições financeiras.

Tendo-se em conta que as vultosas quantias movimentadas no mercado paralelo do dólar, são originárias de sonegamentos ao controle fiscal, fugindo, assim, ao exame do Governo, as operações de depósito em cadernetas de poupança corrigiriam esse estado de coisas, transformando-se, ainda, em instrumento para se promover a reativação da nossa economia e na outra ponta, a queda das taxas de juros.

Para esses depósitos, o Imposto de Renda poderia, como incentivo, fixar uma taxa simbólica (de 1% a 5%), o que viria a dar segurança a este capital financeiro, que por ser marginal, só pode operar e ser aplicado no mercado paralelo do dólar ou ouro. Países que adotaram estas medidas foram surpreendidos com os volumes financeiros que aportaram em poupança que financiou projetos desenvolvimentistas. Se os dólares estão aqui dentro, irônico é buscá-los lá fora. A anistia fiscal de forma indireta, traria logo novos recursos fiscais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, visando maior apoio para o setor cultural e esportivo existente na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A comunidade de Engenheiro Beltrão, notadamente as lideranças ligadas ao setor cultural e esportivo, estão a reivindicar dessa Secretaria, apoio para as realizações naquela cidade.

Ademais, muitos têm sido os acontecimentos que são levados a efeito com uma série de dificuldades, sendo esse o maior motivo da presente solicitação, de iniciativa da Vereadora Claudete David e Antônio Louzano, Diretor de Esportes da Prefeitura Municipal.

Neste sentido, diante da exposição de motivos ora apresentado, espera-se o atendimento desta que é uma importante reivindicação de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O anúncio de uma nova República inundou de esperanças a sociedade brasileira. A grande mudança prometida foi inverter

prioridades, para que os anseios populares viessem antes dos interesses econômicos, que o bem-estar dos cidadãos fosse sempre colocado acima das conveniências do capitalismo inconsequente que produz sem distribuir benefícios sociais.

Essa expectativa otimista já está congelada pela enfermidade do homem que seria o principal motivador deste Brasil que precisa mudar.

Agora, essa angústia frustrante cresce com atos iniciais da chamada Nova República, realçando medida impopular implantada pelo Conselho Nacional do Petróleo, restringindo a distribuição do gás de cozinha, produto essencial e de consumo obrigatório que constitui utilidade pública, tanto quanto o fornecimento de água potável ou luz elétrica.

Além da entrega domiciliar periódica, o gás liquefeito de petróleo vinha sendo entregue à população através de mercadorias, supermercados ou postos de gasolina. Numa portaria, o CNP proibiu essa revenda, determinando que passe a se processar através de pontos de vendas operados pelas empresas engarrafadoras. Em Curitiba foram fixados oito centrais, quantidade certamente insuficiente para atender população superior a um milhão de habitantes.

Levantado protesto por entidades comunitárias, veio a Curitiba o delegado da Região Sul do CNP, Coronel João Luiz da Costa que surpreendeu aos presentes em uma reunião na Coordenadoria de Orientação ao Consumidor, ao negar-se ouvir argumentação. Dizem os que se fizeram presentes que esse empregado do governo negou-se a qualquer diálogo, alegando que "o assunto é previsto em lei e foi regulamentado como tema de interesse para Segurança Nacional".

O maior interesse para a Segurança Nacional deve ser a alimentação do povo, a manutenção de direito ao acesso fácil das mercadorias que lhes são essenciais, como é o caso do gás de cozinha.

Evidentemente a portaria do CNP atendeu interesses econômicos das empresas engarrafadoras, que deixam de pagar comissões aos intermediários, reduzem seus próprios custos operacionais disciplinam a população a um consumo formal.

Entre a população de menores recursos, o gás é consumido com a parcimônia ditada pela falta de dinheiro para ter sequer o que cozinhar. As famílias dispõem de um só botijão para diminuir o investimento inicial. E renovavam a compra quando esgotava o conteúdo, seja fiando na mercearia ou oferecendo um cheque pré-datado.

A exceção nos bairros pobres, sempre foi a compra dos caminhões quando da entrega automática.

Outro aspecto é importante na questão:

as companhias engarrafadoras, cujos interesses foram apadrinhados pelo CNP, nada produzem. O gás de cozinha é um produto das refinarias de petróleo da PETROBRÁS. As empresas distribuidoras são meros e grandes intermediários. A nova sistemática não reduziu o custo final do gás de cozinha. Se houvesse interesse em reduzir a intermediação para garantir preços mais baratos, o governo determinaria à PETROBRÁS que procedesse a venda direta aos consumidores, através da rede de postos de gasolina da Petrobrás Distribuidora, com o que açambarcaria um negócio de vulto, hoje dominado por organizações transnacionais.

Hoje, há um movimento de protesto, justa indignação, contra a portaria do Conselho Nacional de Petróleo. Câmara Municipal, entidades de defesa ao consumidor, associações de bairros, todas estão unidas para sensibilizar as autoridades do setor para mais esse abuso continuado que desmente as propaladas intenções sociais do Governo da República.

Esta Assembléia não deve ficar ausente. Aparentemente prosaica, a questão envolve uma defesa direta da população ante imposição de norma onde a autoridade inclusive se recusa a ouvir a argumentação dos interessados.

Assim, o Deputado que adiante subscreve, REQUER à Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, sob cuja Pasta está subordinado o Conselho Nacional do Petróleo, apelando para que determine a revogação da Portaria questionada, de forma que a distribuição de gás combustível de uso doméstico, faça-se sempre como um serviço de utilidade pública, portanto, na conveniência das comunidades, jamais na forma desejada pelo anseio de lucro das empresas.

REQUER, ainda, que o expediente contenha os arrazoados deste pronunciamento, com envio de cópias a todos os membros da Bancada Paranaense no Congresso Nacional, à Presidência do Conselho Nacional do Petróleo e à Presidência da Petrobrás.

Votado em Plenário, certamente com apoio dos demais Senhores Deputados, este expediente constituirá manifestação oficial desta Assembléia Legislativa contra uma providência antipopular da autoridade pública.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 54/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - O juiz (de direito ou substituto) em atividades nas Comarcas do

interior faz jus:

I - Moradia, um imóvel sob responsabilidade do Poder Público (Estado ou Município), de acordo com a disponibilidade existente;

II - Indenização mensal para moradia quando não se encontrar na situação prevista no inciso supracitado.

Art. 2.º - O valor da indenização para moradia será fixado anualmente em percentual entre 10 e 30%, do salário básico, pela Presidência do Tribunal de Justiça, levando em consideração a categoria da Comarca e o respectivo mercado imobiliário.

Art. 3.º - Quando o juiz ocupar imóvel do poder Público, o quantitativo correspondente à indenização para a moradia será sacado pela repartição competente (Departamento Econômico e Financeiro) e repassado ao Departamento de Patrimônio para atender à conservação e construção de novas residências para os juizes.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/04/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

- Existe previsão legal:

1- Na LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

2- Na C.O.D.J. (Código de Organização e Divisão Judiciárias/Pr.).

- Inexiste residência para todos os juizes no Interior do Estado, apesar da exigência de sua existência para criação e instalação de Comarca (desde idos tempos - 1962 ou antes);

- O desequilíbrio financeiro que ocorre entre o juiz com residência oficial e aquele outro que paga aluguel;

- As implicações e injunções nos contratos de locação e compra e venda de imóveis dos juizes com jurisdicionados;

- Salário baixo e inexistência efetiva de vantagens afugentam os bons advogados, permanecendo apenas atrativa (carreira) para os idealistas (poucos) e frustrados;

- Impossibilidade do juiz aperfeiçoar-se intelectualmente adquirindo livros jurídicos, pois são caríssimos cr\$ 810.000 (oitocentos e dez mil cruzeiros) assinatura anual da Revista dos Tribunais;

- A falta de ânimo definitivo do juiz do interior (nômade), cujo destino obrigatório é a Capital - Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

A Mesa, antes de conceder a palavra ao primeiro inscrito, fez um apelo às Lideranças Partidárias para que formalizassem a indicação dos Senhores Deputados que

compõem as Comissões Técnicas da Casa, de vez que a Assembléia corre o risco de paralisar seus trabalhos em virtude de não funcionamento das Comissões Técnicas.

Portanto, formulo o apelo aos senhores líderes partidários para que façam as indicações necessárias à formação das Comissões Técnicas.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero justificar que a Frente Liberal já fez a indicação há trinta dias, para que ela não seja responsabilizada no atraso das Comissões Técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Correto. Muito obrigado.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há uns dez ou doze dias passados, desta tribuna nós abordamos um assunto relacionado com a desapropriação por preços aviltados de moradores da colônia Tomaz Coelho, porque será construída naquele local uma barragem.

E, naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós pedimos que fosse designada, por esta Mesa, uma comissão de cinco dos Srs. Deputados, para que pesquissassem os preços, se realmente são injustos, conforme, dias após, numa entrevista, na Rede Globo, no Canal 12, os moradores queixaram-se amargamente dos preços, que era nada menos do que a metade do real valor. E a nossa preocupação não cinge-se, apenas a Tomaz Coelho, mas sim a todas as cidades que estiverem na iminência de terem barragens e os seus proprietários injustificados com preços muito abaixo do real valor.

E queríamos aproveitar para fazer, com todo o respeito, uma sugestão para que a Mesa indicasse, dentre outros e desde que haja anuência dos Deputados, o Deputado Gernote Kirinus, que ontem daria uma entrevista à imprensa sobre este assunto, o próprio Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, grande interessado, também na região que ele representa nesta Assembléia, sobre assuntos de barragens e as injustiças que estão sendo cometidas pelos órgãos que estipulam os preços das áreas a serem desapropriadas.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o problema grave, problema cruciante do abastecimento de água potável nas nossas praias.

Sabem bem, os Srs. Deputados que frequentam as nossas praias que, todos os anos, Matinhos e Caiobá sofrem um colapso,

pela falta de água.

Acontece, o que é muito grave, é que não existe mais de onde captar o precioso líquido. No ano passado, faltou água e no ano que vem, garantiu-me o Senhor Presidente da SANEPAR, Fabiano Campelo, que também irá faltar. Não existe nenhuma chance de evitar o colapso de água que aconteceu este ano e irá acontecer também no ano que vem.

Nas praias que pertencem à Paranaguá, de Pontal do Sul até Praia de Leste ocorre o mesmo problema; não existe água potável naquela região, e, em contato com o Presidente da SANEPAR, ele esclareceu-nos que não é da competência dele porque as praias de Pontal do Sul à Praia de Leste pertencem à Paranaguá e Paranaguá tem um órgão similar a SANEPAR que chama-se CAGEPAR. E, disse-nos ainda que enquanto ele não conseguir controle do sistema de Paranaguá, que hoje está hoje nas mãos da CAGEPAR, ele não pode pedir a liberação de 20 bilhões de cruzeiros, para normalizar o problema, desde Matinhos a Pontal do Sul, abrangendo portanto, todo o nosso litoral. E disse-nos o Doutor Fabiano Campelo que a dificuldade que ele está encontrando é que Paranaguá, e com muita razão, aliás, não quer que a CAGEPAR ceda os seus direitos à SANEPAR, a transferência, porque a CAGEPAR em Paranaguá vai muito bem, eu reconheço, como Deputado de Oposição e o povo sente-se satisfeito com os seus serviços de água.

Diante disso, nós encontramos um grande obstáculo que o PRESIDENTE DA SANEPAR não pode pedir os 20 bilhões necessários porque se ele pedisse os 20 bilhões para enfrentar o problema de Matinhos, o BNH não daria, estudaria, viabilizaria a hipótese de dar esta importância, desde que a SANEPAR tentasse conseguir esses recursos para resolver o problema de água em toda a extensão, isto é, de Caiobá, Matinhos, até Pontal do Sul.

E é por esta razão que nós estamos aqui nesta tribuna, porque recebemos dezenas de cartas dos moradores das praias de Pontal do Sul até à Praia de Leste que querem uma solução. Esta solução tem que ser encontrada. Deve haver uma Mesa redonda entre a CAGEPAR e a SANEPAR para que, em última instância, não sofram os proprietários de casas e apartamentos naquela área, com o pretexto de que não existe em "modus vivendi" entre a CAGEPAR e a SANEPAR.

Era esta a razão de nossa presença, Deputado Nilso Sguarezi.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito,

Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estarrecido, ouvi da Associação dos Sericicultores de Nova Esperança, a denúncia de que no dia 7 de fevereiro, duas empresas multinacionais especificamente, a KANEBO SILK do Brasil S.A., e a própria BRATAC inescrupulosamente, puseram-se a distribuir larvas contaminadas para os sericicultores de Nova Esperança e dos Municípios circunvizinhos.

Os prejuízos são graves, e é por esta razão, que nós nos solidarizamos com o Presidente da Associação dos Sericicultores de Nova Esperança, Professor Geraldo de Marqui, com o Secretário, dessa Associação; aqui presente o Secretário Alfredo Bordin, que é Vice-Prefeito de Nova Esperança, e do engenheiro agrônomo Osvaldo Pádua, cuja presença em nosso meio muito nos enobrece.

É por isso, Senhores Deputados, que nós temos efetivamente que jamais titubear, quando nós sentimos que a corrupção, o desrespeito, principalmente ao pequeno proprietário do Norte do Paraná, ainda continua sendo uma norma que por todos nós deve ser lamentada.

Evidentemente, os prejuízos têm que ser ressarcidos, e as responsabilidades têm que ser apuradas.

É, por isso, que nós acompanhamos durante o dia de ontem, a delegação de Nova Esperança, procurando junto ao próprio Ministério da Agricultura soluções que possam responder a este verdadeiro crime perpetrado contra a sericicultura, que vem representando sem qualquer sombra de dúvida, uma esperança em termos de viabilização da pequena propriedade no Norte do Paraná.

Em nossas mãos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma Carta Aberta dessa Associação, que entre outras coisas, reivindica também para o Paraná, que é o principal produtor de casulos do Brasil, melhores condições de comercialização.

Portanto, passo a ler na íntegra, o seguinte:

"A Associação dos Sericicultores de Nova Esperança e regiões agrícolas do Paraná, vêm através da presente comunicar a Vossa Senhoria, bem como solicitar amparo ao setor, visto o desrespeito com que foram os sericicultores paranaenses vítimas nas últimas reuniões na Federação da Agricultura do Estado de São Paulo "FAESP". A Associação dos Sericicultores, órgão representativo da classe manifesta, repudiando juntamente com todos os sericicultores paranaenses, as atitudes desta Federação, que com a participação de suas lideranças estaduais negativas e alienadas

ao complô das multinacionais, sem a presença do Paraná, como se faziam até o dia 14 de março de 1985, onde as lideranças paranaenses eram convidadas a participar dessas negociações de preço naquele Estado, porém, a partir do dia 28 de março, frente às pressões das Associações paranaenses que hoje representam 60% da produção nacional.

As falsas lideranças paulistas, decidiram não mais convidar o Paraná para as referidas reuniões, onde passaram a reunir-se só, tomando decisões em nome, inclusive do Paraná, num desrespeito ainda maior.

No último dia 09 de abril, reuniu-se a Comissão Técnica de Sericicultura da "FAESP" (quatro pessoas), juntamente com as indústrias multinacionais e decidiram o novo reajuste do casulo em 7%; haja vista que nas reuniões de 14 a 28 de março, respectivamente, ficaram definidos apenas 28% de reajuste para o trimestre, mas que haveria uma convocação inclusive do Paraná, onde a CACEX ou a CFPA seria o mediador da negociação entre os produtores e Indústrias, mas infelizmente o Paraná não chegou a ser convidado e comunicado do ocorrido.

Face à esta atitude solicitamos providências de nossos órgãos estaduais, para que a negociação do casulo, sejam realizadas a nível de Paraná, pois, hoje contamos com mais de 60% da produção de casulos verdes a nível nacional e com três associações de classe, sendo Nova Esperança, Ibaiti e Atalaia.

Amparando 1.875 pequenos produtores e mais 4.860 famílias de porcenteiros e meeiros.

Certos de contarmos com o apoio e soluções,

Subscrevemo-nos,

Atenciosamente  
(a) A DIRETORIA.

O SR. PRESIDENTE ( **Nilso Sguarezi** ) - (Faz soar os tímpanos).

O **Sr. Gabriel Manoel** - Pela ordem, Senhor Presidente, passou um minuto.

O SR. PRESIDENTE ( **Nilso Sguarezi** ) - Foi registrado, nobre Deputado. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL - "Senhor Presidente, Senhores Deputados, freqüentemente, na condição de representante eleito por comunidades do Interior, somos instados a proceder verificações quanto aos valores de arrecadação do Imposto de Circulação de

Mercadorias, ICM, que o Estado repassa aos Municípios.

O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a falência dos Municípios, instituída nesta Assembléia Legislativa, em 1983, registra que a crise econômica e social do País, encontra paralelo na situação aflitiva e de abandono em que foram relegados os municípios e suas fontes de renda, em favor dos planos governamentais superiores, o que tem implicado em graves prejuízos ao sistema federativo.

Segundo o sistema tributário em vigor, cabe ao Estado arrecadar este tipo de imposto, em após aplicar critérios definidos em Lei, proceder aos cálculos em em seguida, dar conhecimento ao município de que se trata, construindo, assim, a expectativa de arrecadação à administração municipal, quanto ao retorno desse tipo de riqueza pública.

Salienta-se que, a aplicação dos critérios referidos e os cálculos resultantes, são determinados a partir dos valores arrecadados no município, pelo Estado, há dois anos atrás.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como responder a indagação de municípios que acusam estar recebendo bem abaixo da estimativa prevista para o exercício atual, em contraste com o incremento da atividade econômica observada nos últimos anos, o que impõe, ainda mais, investimentos em infra-estrutura municipal de serviços públicos?

Justamente, agora, quando se fala a respeito da necessidade de alterar a Constituição Federal, é preciso que sejam definidos os recursos tributários que melhor contemplam o município, bem como os limites ou fronteiras funcionais, com respeito ao que lhe cabe cumprir, aliado às verdadeiras atribuições das demais unidades administrativas do Governo.

Somente dessa maneira é que será possível deter e reverter as tendências decorrentes da concentração do poder econômico nas mãos dos planos governamentais superiores, sem o que a abertura democrática será mera expressão de retórica e o sistema federativo, uma ilusão.

A falta de esclarecimentos, em torno de pontos que parecem duvidosos, geram, por vezes, frustrações e expectativas de parte das lideranças do interior, em especial de prefeitos municipais e vereadores.

Quanto ao reclamado exercício fiscalizador do Poder Legislativo, em todos os níveis, diante dos aspectos da concentração e da distribuição da riqueza pública, esta se apresenta pouco eficiente, que já também não dispõe de informações suficientes e em tempo, para dar cumprimento a esta finalidade.

É, pois a falta, ou ainda, a dificuldade de acesso à informação que enfraquece o político, diminui o Legislativo e desassiste a sociedade em geral, diante das amplas facilidades que usufrui o Poder Executivo, contribuindo para que o povo perca o entusiasmo e estabeleça o descrédito na ação governamental.

É com a intenção de evitar falsas e apressadas conclusões, além de, por outro lado, encaminhar corretivas reivindicações, quando for o caso, sustentada em bases técnicas, que estamos formulando consulta à Secretaria de Estado das Finanças, nesses sentidos.

Por certo, as respostas àquelas indagações trarão benefícios às comunidades do Interior, que estão no momento desagradadas com os valores repassados, e ao próprio Governo Estadual, que estará oferecendo explicações quanto ao procedimento em questão, e as razões de sua adoção.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O documentário intitulado "Cabra Marcado para Morrer", dirigido por Eduardo Coutinho e produzido por Zelito Viana, vencedor do Festival de Cinema, de 1984, no Rio de Janeiro, e recebedor do prêmio Organização Católica de Cinema, retrata, com muita fidelidade, o drama da classe trabalhadora brasileira, mormente a classe camponesa do nosso Nordeste.

Documentário fiel, realista, mostra, com seriedade e realidade, as injustiças, os crimes e os assassinatos praticados pela desbendita redentora e a participante real, trabalhadora, camponesa e operária Elisabete Teixeira, ainda hoje viúva, viúva do então líder camponês João Pedro Teixeira, diz lá pelas tantas, "Democracia ou fome, quando nós queremos apenas, um local decente de trabalho?"

Ela, que teve uma família inteira dizimada; que dos oito filhos que possui, apenas tem contato, hoje, com dois desses oito filhos. Realmente, comoveu-me ao ponto de vir a esta tribuna para dizer, como disse um líder camponês do Nordeste, neste mesmo documentário:

"O sofrimento do João Pedro Teixeira, é o sofrimento de toda a classe trabalhadora brasileira!"

E por assim também entender e por assim também sentir, que, na realidade, este País carece de uma política voltada para os pobres - e a Senhora Elisabeth Teixeira

dizia, com muita propriedade, "nunca vi Governo voltado para o pobre - o que é uma verdade incontestável. Isto me fez sentir que a nossa responsabilidade e o nosso dever como Deputados, é da maior importância e da maior seriedade, porque a fome ronda os nossos lares, porque a injustiça anda pelas calçadas e agridem os nossos olhos, penetrando nas nossas almas e nos nossos corações!

Pretendia, em cima deste meu sentimento, até justificar a minha conduta cotidiana, das chamadas nominais, mas o lado da sensibilidade é o que mais me toca, e eu também não poderia, como não posso, deixar de sentir o apelo dos trabalhadores e dos injustiçados. Não posso deixar de sentir, também na minha alma, o apelo dos que estão sendo sacrificados pela minha conduta; não é a posição de Gabriel Manoel, ilustre Deputado, que me sensibiliza, em absoluto. É a posição de outros companheiros que, neste meu procedimento, tem sido sacrificada; e aceitando o apelo deles, apelo ao 1.º Secretário que atenda o ofício que dirigimos a ele, para que eu possa suspender, definitivamente, esta minha obstinação!

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Concedo a palavra, ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago a esta Casa de Leis, a Revista "SENHOR", de circulação nacional, datada de 17 de abril de 1985.

A revista traz uma entrevista com o ilustre Deputado do PMDB do Paraná, Hélio Duque - "ONDE MORAR"?

Hélio Duque, na sua entrevista, sugere ao Ministro da Administração Aluizio Alves, para pegar a lista telefônica de Brasília, para saber quem está morando "desonestamente", em apartamentos, pagos com dinheiro do povo, apartamentos do Poder Executivo, apartamentos do Poder Legislativo, apartamentos do Poder Judiciário.

Aproveitando a sugestão de Hélio Duque afirma aqui, haver funcionário do Governo que, inclusive, contribui com o processo de corrupção, neste País, que chega a ter um ou mais apartamentos em Brasília, pagos com dinheiro do povo.

Para colaborar, complementando a entrevista publicada na Revista SENHOR, lembro que os apartamentos da Câmara dos Deputados têm camas e armários embutidos em todos os dormitórios, geladeira, fogão, forno elétrico, cortinas, jogo de Jantar, Jogo de sofá, máquina de lavar roupa e todo

o restante do mobiliário.

Qualquer peça que quebrar ali chega uma equipe motorizada da Câmara dos Deputados para consertar imediatamente, para que o apartamento do Parlamentar tenha uma boa apresentação.

Temos um caso do Governo participativo de José Richa, de uma autoridade do Governo do PMDB de José Richa, que não está exercendo o mandato de Deputado. Afastou-se do cargo para assumir uma alta função no Governo José Richa, mas o apartamento pago com o dinheiro do povo, continua lá, em Brasília. É o apartamento na Asa Norte, Quadra 302, Bloco E, apartamento 402. O ocupante deste apartamento é o cidadão Euclides Scalco. No momento em que se afastou do cargo, ainda que em caráter de licença, para ser Chefe da Casa Civil do Governo do PMDB no Paraná, o Senhor Euclides Scalco deveria ter devolvido o apartamento para a direção da Câmara dos Deputados, porque em seu lugar assumiu um outro Deputado. Imaginem os Senhores: são mais de quinhentos Deputados. Se os quinhentos Deputados forem convidados para assumir um cargo num governo estadual, se ele não desocupar o apartamento totalmente mobiliado, com a despesa inteiramente paga através do dinheiro público, os Senhores imaginem qual o montante do investimento que o Governo da Nova República teria que fazer para corrigir esse erro que está ocorrendo.

Volto a dizer, a repetir ao Governo da Nova República, ao Ministro da Administração, Aluizio Alves, o endereço: Asa Norte, Quadra 302, Bloco E, Apartamento 402. Nome do ocupante que está ocupando indevidamente este apartamento, diz Hélio Duque, nesta entrevista, que muitos estão ocupando desonestamente. O Senhor Euclides Scalco é o ocupante deste apartamento que está lá com os seus familiares.

Obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Último orador inscrito no Pequeno Expediente, o ínclito Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhores Deputados, dignos componentes da Mesa, ilustre Presidente. Após o término da sessão, queria que Vossa Excelência nos dissesse e mandasse folhear o dicionário e traduzir o que é ínclito, porque eu não sei, não cursei os bancos da faculdade, mas sei que Vossa Excelência não está me xingando.

Queria apenas agradecer ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que está chegando não por um apelo meu, mas pela grande consideração que tenho por ele, está chegando no momento e pisando em solo firme, porque não tivemos Deputado Osvaldo A. Furtado, a ventura que Vossa Excelência teve de cur-



sar a Universidade, mas nós cursamos uma escola que é a escola da vida e que nos ensina que se não pudermos fazer o bem, não fazemos o mal.

Vossa Excelência hoje, em seu discurso, disse que atendeu um apelo deste humilde homem do interior. Agradeço a Vossa Excelência, porque ontem mesmo eu dizia: "Errar, é humano e perdoar é divino." Vossa Excelência nos perdoe, muitas vezes, quando ao arrepio do ímpeto de Vossa Excelência, ao pedir todo dia a chamada nominal de todos os Deputados, que, muitas vezes, estão nas Secretarias trabalhando para o Paraná.

Deputados, principalmente, do PMDB, que estão em seus gabinetes procurando dar consolo àquela gente humilde que faz um paralelo com a gente do Nordeste. Aquela gente humilde, doente muitas vezes, que precisa do nosso amparo e muito mais o amparo de Vossas Excelências, que hoje são os timoneiros do Governo, que hoje têm a obrigação máxima de atender em seus gabinetes o povo do Paraná.

E é isso, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que a escola da vida me ensinou: "Se não pudeses fazer o bem, não faças o mal." Digo isto honestamente a Vossa Excelência, porque aprendemos depois de sofrermos nesta escalada, neste sofrimento, lutando por nossa terra e por nossa gente. Vossa Excelência não precisa ir ao Nordeste para ver a miséria que campeia na periferia das grandes Capitais, é só sair um pouco e ver aqui, nesta metrópole que é Curitiba, o sofrimento de nossos irmãos. E olhe, Deputado, para aquela cruz do homem que sofreu, que deu o sangue para nos salvar e que disse, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, : "Ame teus irmãos como vos amo."

Vossa Excelência, um catedrático que podia ser. Vossa Excelência, o moço que sentou nos bancos da faculdade, sabe que Jesus pregava sem demagogia a união do povo. Como podemos nos apresentar ao povo se não estivermos unidos dentro desta Casa, onde viemos para defender os interesses do povo. Se os Deputados, muitas vezes, não podem estar aqui, estão atendendo o que Vossa Excelência pede, em seus gabinetes, o interesse máximo, - que é unir o povo e beneficiá-lo, principalmente, Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"É PRECISO RRENOVAR A CAFEICULTURA COMO FORÇA ECONÔMICA DO PARANÁ.

O Paraná está satisfeito por ter seguido a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, na pessoa do engenheiro Karlos Rischbieter, ex-Ministro da Fazenda, ex-Presidente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Rischbieter representa a retomada da consciência paranista em torno do café, cultura que foi um dos pilares da colonização e do desenvolvimento, não só do Paraná, como também do Brasil. Infelizmente, nos últimos anos, a cafeicultura deixará de ser assunto importante entre nós, porque as autoridades brasileiras de modo geral passaram a desprezar esta riqueza agrícola dos povos tropicais, embaladas por uma miopia que, hoje sabemos, custou muito à Nação.

O café significou a possibilidade do desbravamento da fronteira agrícola do Brasil, no século passado, e industrialização acelerada do grande centro paulista já no princípio do Século XX.

Isto porque a renda agrícola e comercial gerada pelo café é das mais concentradas entre os produtos primários. O café é capaz de gerar uma das maiores receitas por hectare, comparativamente às demais culturas, igualando-se aos ganhos das chamadas "especiarias" do Oriente Médio, dos tempos do Descobrimento.

Além disso, o café por ser lavoura permanente, absorve mão-de-obra em escala elevada, permitindo que as rendas geradas no setor sejam redistribuídas de modo quase uniforme: uma parte fica com os agricultores que trabalharam a terra; outra parcela permanece em mãos dos operadores do mercado interno - como indústrias, exportadores e armazenadores e, uma terceira parcela, é destinada ao pagamento de generosos impostos, entre nós traduzidos no chamado "confisco cambial".

O café permite, portanto, a retenção do homem na propriedade rural, impedindo que as famílias de cultivadores da terra sejam atiradas ao léu do êxodo rural, como bolas-frias sem teto e sem salário assegurado.

Os sistemas tradicionais de produção cafeeira eram orientados em torno de uma fazenda de produção, com agricultores meeiros ou percenteiros, que formavam o cafezal por empreitada, normalmente com contratos de quatro anos de duração. Em torno das sedes de fazendas organizavam-se, por isso, as colônias de agricultores, vivendo uma economia auto-sustentada e pelo menos estável do ponto de vista de renda, de alimentação e de estabilidade familiar.

Infelizmente, a dinâmica econômica fez com que o café deixasse de ser a cultura predominante no Paraná. As mudanças na legislação rural, o avanço da mecanização agrícola e outros fatores acabaram levando



os cafezais paranaenses para outros Estados. O ouro verde deixou de ser produto soberano, a cobrir os morros da terra roxa do Norte paranaense, substituído pela pastagem, soja, trigo, e outras culturas temporárias.

As levas de colonos dispensadas das fazendas acabaram indo favelizar as cidades médias e grandes do setentrião paranaense, gerando um quadro de miséria que perdura há mais de uma década.

Hoje os paranaenses estão procurando demonstrar que é possível cultivar café no Paraná do Norte, salvo de riscos climáticos. Basta utilizar técnicas agrônomicas mais adequadas, plantar nas regiões altas e aplicar sementes de variedades adaptadas e de alta produtividade. O Norte foi sacudido, nos últimos meses, por uma vigorosa campanha da retomada da cafeicultura, sob liderança dos setores esclarecidos de sua sociedade, com base em Londrina e outros centros cafeeiros.

À frente desse movimento altamente oportuno e patriótico encontra-se o advogado e líder político Osvaldo Evangelista de Macedo, que tem sustentado, com vigor e empenho a tese, nova cafeicultura.

Por isso, Senhores, no momento em que festejamos a escolha de um paranaense de eleição como Karlos Rischbieter - para a Presidência do Café - lembramos a pertinência da escolha de Osvaldo Evangelista de Macedo para uma das Diretorias - que ainda não foram preenchidas - na autarquia cafeeira.

Só assim o IBC passará a contar com nome formado na economia cafeeira, vindo diretamente do ciclo do café, para integrar seu quadro de chefia superior.

E o Paraná estará seguro de que o café voltará a ondular no planalto norte, acima do paralelo 24 e livre das áreas de geada. Cultivado com técnica, empregando mão-de-obra abundante e gerando, mais uma vez, emprego e renda para todos os que acertam dessa atividade, abençoada pelo Criador e vital para os brasileiros".

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência traz para esta Casa um assunto realmente importante e esperamos que o novo Presidente do IBC, Karlos Rischbieter, possa, na condição de paranaense, abraçar a causa de todo o Norte do Paraná. A causa de Osvaldo Macedo, que Vossa Excelência muito bem lembrou em seu pronunciamento, como um dos bravos lutadores pelo ressurgimento do café no Norte do Paraná.

Há pouco, reclamávamos da falta de atenção do IBC para com o Norte do Paraná, especialmente para com o Estado do Paraná. Hoje o Presidente do órgão é um paranaen-

se. Nós lutamos por isto, queríamos exatamente isto. Acabamos conseguindo.

O ex-Deputado Osvaldo Macedo possivelmente ocupará uma das diretorias do IBC e o Paraná poderá através deste e de outros homens públicos, voltar a ter o seu lugar de destaque no Instituto Brasileiro do Café. O Paraná como um dos grandes produtores de café do Brasil, hoje ocupando a terceira posição, mais sonhando em voltar a atingir uma posição bem mais destacada no cenário do Brasil.

Este movimento que se faz no Norte do Paraná, Vossa Excelência bem citou lideranças de Londrina, a televisão de Londrina, a "Folha de Londrina", o Prefeito da cidade de Londrina, ou Osvaldo Macedo, lideranças do Norte do Paraná, Televisão Cultura da cidade de Maringá, o Prefeito Said Ferreira da cidade de Maringá, a imprensa de Maringá, Líderes de Maringá e da região, diria até de todo aquele eixo de Londrina até Umuarama, por que não? Quem sabe mais adiante ... Oxalá este movimento cresça.

Pude perceber em uma das últimas reuniões que aquilo que se poderia fazer em termos preparatórios, em termos de idéia de projeto, já foi feito. É preciso que agora haja, acima de tudo, a participação do Governo Federal na idéia do Paraná de cultivar café.

Quem não se lembra dos áureos tempos do "ouro verde"? Quem não se lembra das cidades paranaenses recebendo aos sábados, às sextas-feiras, uma movimentação incomum de trabalhadores rurais, de trabalhadores do café? Trabalhadores rurais que moravam no seu "habitat" natural? Trabalhadores rurais que moravam na sua lavoura no seu sítio, na sua fazenda, e que vinham para a cidade para fazer as compras, que vinham trazer a riqueza para as cidades? Riquezas que vinha do "ouro verde"? Quem não se lembra da época próspera do Paraná, na época do café?

Depois veio a erradicação. O trabalhador rural foi expulso do seu "habitat" natural pela máquina. Hoje as grandes plantações de soja e de outras culturas, utilizam a máquina. O homem não mais trabalha naquele setor. Foram expulsos ele, a mulher, seus filhos. E muitos deles foram perambular pelas ruas das grandes cidades tentando emprego e, na maioria das vezes, sem conseguir. Quem passa hoje pela zona rural de nosso Estado, o que vê?

Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, um panorama até certo ponto desolador no que se refere a figura humana ele observa uma cultura maravilhosa, viçosa de soja, bonita. Mas, ele observa também Deputado a Igrejinha que outrora era freqüentada pelo trabalhador rural, ela está lá no meio do soja, abandonada, porque o trabalhador ru-

ral não mais vive na sua roça, não mais vive no seu "habitat" natural.

Em toda, esta plantação que o senhor vê a perder de vistas, o senhor observa a escolinha de outrora; a escolinha está lá; às vezes, muitas delas caindo aos pedaços, mas ainda existe, quem sabe, esperando a volta do agricultor à lavoura.

Fazemos uma fórmula especialmente que é a volta do café. Claro que nós não iríamos pregar, absolutamente, a extinção da soja. Não, nada disso.

Da própria cana que hoje invadiu a terra roxa; a terra mais forte deste Estado, está a tomar conta de pedaços importantes de áreas que poderiam ser utilizadas para plantação de alimentos.

E nós esperamos que estes homens que entraram agora no IBC, esperamos que a Nova República olhe para este setor.

O Paraná pode fazer um grande movimento; o movimento do replantio do café. Uma idéia que nasceu no Norte do Paraná com os bravos homens daquela região, e por certo a idéia vai encontrar eco e nós haveremos de ter outra vez o nosso Estado mais rico ainda; o nosso Estado mais forte, mais pujante; haveremos de ver acima de tudo, o homem da lavoura, o agricultor, o homem que, efetivamente, sustentou esta Nação; haveremos de vê-lo juntamente com a sua família, outra vez freqüentando aquela igrejinha abandonada. Haveremos de ver outra vez seus filhos freqüentando aquela escolinha que está lá abandonada, porque eles foram expulsos da agricultura, foram expulsos da lavoura.

E isto acontecendo nós teremos épocas melhores para o nosso povo, para o povo do Paraná e para o próprio Brasil, porque nós teremos mais riquezas.

Dizendo isso, nobre Deputado Dirceu Manfrinato, queremos saudá-lo com entusiasmo por ter Vossa Excelência trazido este assunto à baila. Nós, inclusive, que pertencemos a mesma região, já havíamos conversado há dias sobre isso e, Vossa Excelência me dizia um dia desses que havia preparado o seu pronunciamento. Eu havia lhe dito que fazia questão de participar, em aparte, para marcar a posição, não minha, não de Vossa Excelência, mas de todos os Deputados desta Assembléia Legislativa, especialmente, os Deputados do Norte do Paraná que conviveram durante muitos e muitos anos com o tempo do "ouro verde" que se Deus quiser, um dia há de retornar ao nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ferrarini Júnior e, me lembro neste instante que nós que iniciávamos a nossa vida na década de 1951, adentrando no Norte novís-

simo, tivemos a oportunidade, ainda na nossa infância de acompanhar o desenvolvimento da cafeicultura paranaense.

E nós hoje que representamos aqui neste Parlamento a população do Norte novíssimo do Estado do Paraná, e que fizemos uma avaliação levantando a década de 1951 e chegando à década de 1985, observamos que a partir de 1971 não houve mais estímulo algum à cafeicultura paranaense. Não houve um apoio sequer ao agricultor paranaense e que hoje existe um quadro neutro; um quadro que se reflete através dos juros abusivos que hoje são cobrados dos produtores rurais.

E nós entendemos que o pequeno produtor a partir do momento que se contrai um empréstimo bancário para sua sobrevivência na agricultura, ele passa a ser um propenso bóia-fria no futuro.

E nós acreditamos realmente, na Nova República.

Mas, digo Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta Nova República ela virá acontecer realmente com os ideais, os princípios dos homens brasileiros, mas acima de tudo, haja uma retomada de consciência através da agricultura paranaense e do Brasil, porque nós só sairemos da situação que atravessa o País, só sairemos deste caos, desde que os olhos sejam voltados à agricultura do nosso Estado e do Brasil inteiro.

Temos hoje profundo conhecimento de relatar fatos, não só na região em que representamos, mas dos Senhores Deputados, que os pequenos produtores da época passada, que possuíam três, quatro, cinco alqueires de terra, dados aos juros abusivos, foram negociando junto aos bancos partes de suas propriedades, além de serem pequenas e os grandes foram engolindo os pequenos e com isso se transformaram hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesse maior índice de bóias-frias que existe em nosso Estado.

E, para que nós possamos retomar esse povo sofrido, desprezado e abandonado, queria ir muito mais além ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Já tivemos oportunidade de ver os embarques de bóias-frias nas madrugadas e quando nos sentimos penalizados, mesmo quando nós éramos candidatos a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, e hoje Deputado em que representamos a região e o Paraná, sentimo-nos profundamente feridos quando chegam os caminhões com os "gatos" que são chamados para a escolha dos bóias-frias e os mesmos são escolhidos, que nem quando alguém compra uma cabeceira, de gado que tira e separa os melhores e fica o resto-lho.

Hoje nós sentimos no Paraná e no Brasil que os bóias-frias são escolhidos

através do dedo do "gato", separados, procurando evidentemente aqueles que melhores condições físicas oferecem e nós sentimos, quando um chefe de família, que já tem a sua idade avançada, os seus 60/65 anos de idade, que ainda não adquiriu a sua aposentadoria, é preterido nessa escolha, volta para o seu lar esquecido, humilhado pela escolha feita, a dizer a sua mulher e aos seus filhos que ainda não foi naquele dia que ele conseguiu um local de trabalho.

E isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados são quadros que existem em nosso País, que nós temos, nós que representamos a classe política, temos que ativar a agricultura aqui no Paraná e este apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu faço ao Secretário da Agricultura ao Ministro da Agricultura, oferecendo estabilidade e divisa do nosso Estado e da nossa Nação.

Então, são fatos que registro nesta tarde, e como sou oriundo da terra cafeeira que o Norte novíssimo foi sustentáculo também do Paraná, e que hoje preterido através de sua cafeicultura e se nós tivémos um apoio, Deputado Ferrazi Júnior através da Nova República, haveremos de conquistar o grande espaço de o Paraná ser o primeiro celeiro do Brasil, como foi na década passada.

Sentimos no âmbito de exportação, o quanto foi reduzida a exportação de café no Paraná, o quanto perdemos de espaço de divisas, de riquezas para o nosso Estado e nós temos que reativar realmente a cafeicultura e que parabenizo os órgãos de imprensa, principalmente a "Folha de Londrina" que iniciou esta campanha, em busca da nova cafeicultura paranaense, gerando empregos, estabilidade, o retorno dos bôias-frias para que tenham a sua sustentação, a sustentação de seus filhos e da sua esposa.

É isto que registro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que realmente nós saíamos da miséria em que vive a cafeicultura paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Consulto à Liderança do PMDB se deseja utilizar o horário que lhe é destinado. (Pausa).

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os jornais de hoje noticiaram que o Grupo Mitsui do Japão, está disposto a em-prestar até duzentos milhões de dólares ao Estado do Paraná, para podermos dar seguimento à séria reivindicação do Paraná, que

diz respeito à "Ferrovia da Soja". (Lê):

"Viemos à tribuna hoje, Senhor Presidente, para manifestar o nosso regozijo com as informações procedentes de Tóquio, dando conta do interesse do grupo Mitsui e do governo japonês, em conceder um empréstimo de US\$ 200 milhões para construção da Ferrovia da Soja, trecho Guarapuava - Guaíra.

O passo seguinte, segundo informações do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos, que se encontra no Japão, será a criação de um grupo de trabalho com representantes do Governo do Estado, Governo Federal e do grupo Mitsui, para viabilização técnica e econômica do projeto.

E queremos deixar claro, Senhores Deputados, que esta viabilização técnica e econômica será facilmente demonstrada pela pujança do Oeste e do Sudoeste do Paraná, lembrando que a bandeira da Ferrovia da Soja foi sustentada pela bancada do PMDB nesta Assembléia, desde o início da atual legislatura.

Já em outubro de 1983, com o lançamento público do estudo "Ferrovia, um desafio ao Paraná", solenidade que contou com a presença do Governador José Richa e de outras autoridades, demonstramos que a construção da Ferrovia da Soja é uma causa nacionalista, porque reduz a nossa crônica dependência de combustíveis importados, criando um sistema de transportes mais econômico para o escoamento da produção agro-industrial da região, gerando empregos e contribuindo para a fixação do homem e seus municípios de origem.

Uma causa democrática, senhor Presidente, porque ao contrário de outros grandes projetos governamentais, patrocinados nos últimos vinte e um anos pelo Governo Central, visando beneficiar grandes interesses financeiros nacionais e internacionais, a Ferrovia da Soja atende aos anseios mais legítimos do povo brasileiro e paranaense, proporcionando a criação de novos pólos de desenvolvimentos regionais consolidando o Porto de Paranaguá, impulsionando a indústria siderúrgica nacional e a produção agrícola da região mais dinâmica do País, com a oferta de fretes mais econômicos para o escoamento da soja, do trigo, do milho, dos derivados da pecuária, do cimento, da cal, do carvão produzidos no Paraná, dos fertilizantes, dos combustíveis, do minério de ferro e do manganês de Mato Grosso do Sul, da grande produção agrícola daquele Estado, sem contar a interligação com a Argentina e o Paraguai igualmente interessados a exportar os seus produtos via Porto de Paranaguá.

Uma causa paranista, Senhores Deputados, resgatando em parte a dívida que a União tem em relação ao nosso Estado, após mais de vinte e um anos de regime autori-

tário e de centralização tributária, quando as nossas reivindicações jamais foram atendidas pelo Governo Central.

Em outubro de 1984, durante o Seminário de grande barragens que tivemos a honra de promover nesta Assembléia, resumimos a nossa posição e a da Bancada Estadual do PMDB, com as seguintes colocações:

"Por que Ferrovia da Soja?

Porque a sua execução já está programada desde a conclusão da Central do Paraná, devendo unir Guarapuava a Cascavel e Guaíra, ultrapassando o rio Paraná e atingindo Dourados".

"É uma ferrovia de extraordinária importância para o transporte de grãos da região, ligando extensas áreas produtoras do nosso Estado ao porto de Paranaguá, fortalecendo nossa economia portuária e afastando a hipótese do Paraguai desviar a sua produção de Paranaguá, optando pelos portos de Santos e Rio Grande, que hoje dispõem de melhores acessos".

"A Ferrovia da Soja viabilizará definitivamente a manutenção do porto de Paranaguá, sob administração paranaense. Esta Ferrovia é um direito do Paraná, que há muito tempo tem créditos junto ao Governo Federal".

"Nós já perdemos oitocentos Km<sup>2</sup> com Itaipú; vamos perder mil e duzentos Km<sup>2</sup> com a Ilha Grande, que atingirá todo o vale do Ivaí, reeditando a perda de terras produtivas e as tensões sociais consequentes das inundações".

"Mais uma vez o Governo Federal vai penalizar o Paraná, que não pode ficar sem o devido retorno. A Ferrovia da Soja, portanto, não será um prêmio e sim uma compensação e o Governo Federal deve iniciá-la sem demora".

"Os estudos conhecidos no Paraná e em Mato Grosso do Sul indicam a necessidade de um corredor de exportações que desemboque em Paranaguá: já em 1985, mais de dezesseis milhões de toneladas de produtos agrícolas serão produzidos pelos dois Estados, além de milhares de cabeças de gado a serem transportadas".

"E a Ferrovia da Soja, traçada prioritariamente para escoar a produção agrícola, também servirá para transportar as reservas de minérios de Mato Grosso do Sul, estimadas, só em manganês, em oitenta e um milhões de toneladas, sem falar nos milhões de toneladas de calcário, talco e cimento paranaenses".

"Trata-se de uma causa paranista, Senhores Deputados. Se tivermos que ceder parte do nosso Estado para a geração de energia elétrica, devemos, de cabeça erguida, como paranaenses, defender nossos interesses para compensar aquilo que cedemos à União".

"Todos sabem que o transporte sobre

trilhos é o Único capacitado em terra, para atender de forma econômica a transferência de grandes volumes de carga homogênea, das zonas produtoras aos portos de embarque e aos grandes centros de consumo".

"Para desenvolver, nenhum Estado pode prescindir de um eficiente sistema de transporte ferroviário. O PMDB sempre defendeu a Ferrovia da Soja, considerando prioritária a implantação de uma política energética e de transportes que libere o País de sua dependência em relação ao petróleo importado".

"Por isso, acreditamos que é necessário e urgente mudar a estrutura completa dos transportes nacionais, privilegiando o transporte coletivo em detrimento do individual e o transporte ferroviário, fluvial e marítimo em relação ao rodoviário".

"Como meio de transportes, a ferrovia é uma solução das mais inteligentes e econômicas. E a Ferrovia da Soja é antes de tudo uma opção política, já que a sua prioridade econômica está fartamente demonstrada".

Para concluir, Senhores Deputados, queremos alinhar mais alguns argumentos que nós, do PMDB, temos defendido exaustivamente em relação à Ferrovia da Soja.

01 - Uma vez construída, a Ferrovia da Soja, segundo os estudos conhecidos, gastaria em média cinco vezes menos combustíveis para o transporte da produção agrícola do Oeste, do que é gasto por rodovias;

02 - a economia de fretes, segundo estimativas da Secretaria dos Transportes, seria de 39%;

03 - haveria considerável incremento da produção agropecuária e da exportação de produtos agrícolas;

04 - durante sua implantação a Ferrovia da Soja deve gerar três mil empregos diretos, mas seus benefícios sociais afetariam pelo menos quinze mil paranaenses;

05 - toda população paranaense seria beneficiada indiretamente; o aproveitamento da mão-de-obra ociosa reduz as migrações e o agravamento das tensões sociais nas grandes cidades;

06 - considerando-se a soja e o milho, o calcário e o cimento, as carnes bovinas e suína, a Ferrovia da Soja responderá pela exportação ou escoamento em direção aos centros consumidores, de mais de 60% da produção paranaense;

07 - além disso, a Ferrovia da Soja responderá por 40% de todas as importações paranaenses, contribuindo para o descongestionamento do tráfego nas rodovias, proporcionando mais conforto e segurança aos seus usuários;

08 - os recursos investidos na construção da Ferrovia da Soja terão retorno rápido e seguro; nenhum outro corredor de exportações apresenta resultados

tão positivos para o País;

09 - não será uma ferrovia deficitária; ao contrário, sua rentabilidade será assegurada pela pujança do Oeste paranaense e principalmente por sua grande produção agropecuária.

Por todas estas razões, Senhor Presidente, além de manifestar o nosso júbilo pelos entendimentos que o Governo José Richa vem realizando no Japão, queremos, mais uma vez, deixar claro, que a construção da Ferrovia da Soja é uma causa de todos os paranaenses, além de ser uma bandeira nacionalista e democrática".

Permito aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Vejo Vossa Excelência, com todos os paranaenses defender uma infra-estrutura para complementar o complexo ferroviário do Paraná.

Mas, quero dizer a Vossa Excelência que essa euforia que Vossa Excelência traz com justa razão, é o júbilo de nossa bancada, porque quem programou esta grande investidura que há de beneficiar o Paraná, foi o Governo do PDS.

Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, saiba que o plano de engenharia, o levantamento necessário e as condições primordiais para que o Governador José Richa, mandasse o seu Vice-Governador com gente capacitada para o Japão, é um trabalho de antes, é um trabalho que Vossa Excelência neste momento em que fala no seu Governo, tem que também colocar na sua explanação que é um trabalho dos Governos anteriores, dos Deputados anteriores e da plêiade de homens daquela região que reivindicou essa ferrovia. Não teria o Governo José Richa tempo hábil, apesar de sua boa-vontade, se já não estivesse estruturado, se já não estivesse o projeto de engenharia estruturado, aprovado pelos bancos competentes.

Vossa Excelência leva os louros, os bancos competentes, embora alguém não saiba o que é isso. Vossa Excelência leva os louros dessa grande vitória paranista, e eu me parabenizo com Vossa Excelência. Mas só que não fale com o passado. Diga ao povo que quem planejou, que quem orientou, que quem lutou foi o Governo do PDS. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado, no meu pronunciamento, em instante algum, Vossa Excelência, encontra qualquer demérito a qualquer tipo de trabalho do PDS ou do povo paranaense. Pelo contrário, ressalva ...

O Sr. Gabriel Manoel - Mas nem o mérito devido, nobre Deputado? O mérito devido que ninguém pode se imiscuir, deixar de

falar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ressalvo que nós fizemos unicamente, Deputado Gabriel Manoel, e tenho certeza que Vossa Excelência inclusive, deve ter lutado muito por isso, foi pelo descaso com que o Governo Federal tratou até então a Ferrovia da Soja. Um crédito que o Paraná tem desde a Central do Paraná ...

O Sr. Gabriel Manoel - Mas Vossa Excelência tem que saber - e me desculpe o discurso paralelo - que a verdade tem que ser dita, todos os líderes da região, eu não, os líderes da região de Guarapuava e adjacências lutaram por esta rodovia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Todos, nobre Deputado, e todos nós paranaense teremos o benefício, independente de bancada, e gostaríamos, sinceramente, de neste instante, fazer com que esta causa fosse uma causa do Paraná, de todas as bancadas, de todos nós que representamos o povo paranaense, porque ele, sem dúvida, será o beneficiado com a construção da Ferrovia da Soja, um sonho acalentado a tanto tempo.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado, por uma questão de inscrição consultaria ao Líder do PDS Luiz Alberto, se deseja o aparte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Desejo apartear-lo, nobre Deputado. (Assentimento).

Vossa Excelência, como Líder do Governo, deve ter alguma informação adicional a respeito das notícias que circulam hoje nos jornais a respeito da possibilidade do Grupo Mitsui financiar a chamada estrada, Ferrovia da Soja. Vossa Excelência poderia informar se este grupo se dispõe a financiar diretamente ao Governo do Estado ou ao Governo Federal?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado, é bom até um pronunciamento escrito, está claro no pronunciamento aqui, está claro, no segundo parágrafo: o passo seguinte segundo informações do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos: que se encontra no Japão será a criação de um grupo de trabalho com representantes do Governo do Estado, do Governo Federal e do Grupo Mitsui. Evidentemente, a disposição do Grupo Mitsui existe, a partir de agora um grupo estudará a viabilidade de que isso seja concluído.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Pois bem,

se Vossa Excelência me permitir vou continuar o aparte. Então a euforia de Vossa Excelência é uma euforia prematura, pois que este mesmo grupo, outros grupos japoneses, já em ocasiões anteriores se dispuseram a fazer o financiamento. E o estudo de viabilidade econômica da obra feito e submetido ao BIRD, demonstrou dificuldades em viabilizá-la economicamente. Em razão disto, apesar dos estudos preliminares e do projeto final de engenharia estarem concluídos, e haver, até, uma promessa formal entre Nações, pois que quando o Presidente Figueiredo visitou o Paraguai, prometeu iniciar a Ferrovia da Soja, tal não foi possível, porque chegou-se à conclusão, à nível internacional, de problemas relacionados à viabilidade econômica da Ferrovia.

Na verdade o que consegue o Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos, é a renovação da promessa ou da disposição de grupos financeiros japoneses, em financiar a Ferrovia da Soja.

E eu gostaria de colocar a minha opinião pessoal, modesta do assunto, já que do problema da Ferrovia da Soja em legislaturas, inclusive, anteriores a esta. Creio que será um bom negócio para o Estado do Paraná, evidentemente, a construção da Ferrovia em nosso Estado. Mas será bom na medida em que o Governo Federal fique o responsável pelo financiamento da Ferrovia da Soja, e que assuma os ônus daí decorrentes. Porque Vossa Excelência vai me permitir, agora, revelar, aqui neste plenário, também uma discordância com a "tese paranista" fala-se muito na tese paranista, entende-se por tese paranista a defesa dos mais legítimos, dos mais altos interesses do Estado do Paraná.

Efetivamente todos nós somos paranistas nisto, não nascidos aqui, mas até a busca de uma identidade cultural própria do Paraná, nós temos, evidentemente ao longo, todos nós nas nossas vidas públicas defendido o paranismo, mas, um paranismo nesses termos. Não paranismo, nobre Deputado, que muitas vezes se assemelha à aquela advertência de Churchill, quando falava a respeito do Nacionalismo na segunda Guerra Mundial. Dizia o grande Líder Churchill "que as vezes o último refúgio dos calhordas é o Nacionalismo".

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Esgota o horário do PMDB, a Mesa concede mais um minuto para a conclusão.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - que as vezes em nome de teses paranistas, que eu sei que não é o caso, cometem-se verdadeiros desastres para a economia do Paraná.

Portanto, só para concluir, e desde que, o financiamento seja ao Governo Fed-

ral será bem vindo ao Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, nobre Deputado, e tem Vossa Excelência diversas e diversas vezes ouvido dessa tribuna, quando insistentemente cobramos do Governo Federal a dívida que tem com o Estado do Paraná referente à Ferrovia da Soja.

Agora, nós não poderemos, como paranaenses ficar em cima de um relatório que nos diz da inviabilidade da Ferrovia da soja, porque a nossa missão é ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu até gostaria de ouvir o pronunciamento do Governo, a respeito do tão falado crédito do Paraná com relação a Ferrovia da Soja.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência não ouviu se não quis, porque eu o fiz desta tribuna, e nós o fizemos também, no Seminário sobre grandes barragens, que esta Assembléia realizou, exatamente mostrando o crédito que o Governo do Paraná tem, desde a construção da Central do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do Horário da Liderança.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Falará o Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Falará o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para efeito de registro, porque eu sei não estar entre as funções deste Legislativo, o atendimento de abaixo-assinados que pleiteiem melhorias de bairros da cidade, em setores da cidade.

Mas, em profundo respeito àquelas pessoas que subscreveram este abaixo-assinado, quero acusar aqui o recebimento, onde há uma série de reclamações dos moradores da Alameda Princesa Isabel, entre as ruas Prudente de Moraes e Visconde do Rio Branco. E num dos trechos do abaixo-assinado, eles dizem: trata-se de zona exclusivamente residencial, e problemas desta natureza, que citaram anteriormente. Ali prospera sujeira, as aberrações sexuais, os vícios, as doenças, a criação de animais perigosos, que permitem, com um governo participativo? Isto o que o povo não quer, e não pretende; é que desocupados, marginais se misturem com aqueles que produzem e lutam honestamente causando-lhes danos irreparáveis.



E eles mandam este abaixo-assinado à Secretaria da Segurança Pública, ao Juizado de Menores, à Saúde Pública, aos órgãos de Assistência Social do Estado, e principalmente à Municipalidade de Curitiba.

Eu faço menção a este abaixo-assinado, primeiro pelo profundo respeito por tudo aquilo que vem do povo, e em segundo lugar, para dizer, alertar à bancada do PMDB, que o governo participativo não está com nada. Não se apregoa nesta Casa. Os primeiros focos de descontentamento popular já se manifestam; se manifestam perigosamente. Quando nós observamos a inércia do Governo em setores como, a Segurança Pública, Saúde, e a própria municipalidade curitibana.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O anúncio de uma Nova República inundou de esperanças a sociedade, e o povo brasileiro. A grande mudança prometida foi, inverter prioridades, para que os anseios populares viessem antes dos interesses econômicos, que, o bem estar dos cidadãos fosse, sempre, colocado acima das conveniências do capitalismo inconsequente, que produz, sem distribuir benefícios sociais.

Essa expectativa otimista já está congelada, pela enfermidade do homem que seria principal motivador deste Brasil que realmente precisa mudar! Lamentavelmente, o nosso Presidente frustrou este sonho de milhões de brasileiros; agora essa angústia frustrante cresce, com atos iniciais da chamada Nova República, realçando medida impopular implantada pelo Conselho Nacional do Petróleo, restringindo a distribuição do gás de cozinha que é um produto essencial e de consumo obrigatório e que constitui utilidade pública, tanto quanto o fornecimento de água, de energia elétrica, de telefone, de transporte coletivo.

Além da entrega domiciliar periódica, o gás liquefeito de petróleo vinha sendo entregue à população - e todos sabem disso - através de pequenas mercearias principalmente disseminadas pelos bairros das periferias das cidades, pelos supermercados, pelos postos de gasolinas; e, o que aconteceu? Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o que aconteceu num dos atos iniciais da Nova República, esta Nova República tantas e tantas vezes reclamada nesta Casa, elogiada, incensada nesta Casa, o que aconteceu?

Numa Portaria, o Conselho Nacional do Petróleo proibiu essa revenda determinando que passe a se processar, através de postos de venda operados pelas empresas engarrafadoras; em Curitiba foram fixados oito centrais de distribuição, quantidade, claro, todos nós sabemos, insuficiente para atender uma população superior hoje, a um milhão e meio de habitantes.

Levantaram-se protestos por entidades comunitárias, inclusive pela Câmara Municipal de Curitiba, por esta Assembléia através de alguns Senhores Deputados, entre eles o Senhor Deputado Roberto Requião, veio a Curitiba o Delegado da Região Sul do Conselho Nacional do Petróleo. Quem é esse Delegado? Não podia ser outro senão um Coronel, o Coronel João Luiz da Costa! Pois o Presidente é um General, o Presidente do CNP, o Sarney não teve força para entregar isto, a um civil, aliás não mudou nada, não estou vendo mudança alguma!

Então, veio este Coronel, o Coronel João Luiz da Costa, que surpreendeu os presente a uma reunião na Coordenadoria de Orientação ao Consumidor, ao se negar - vejam bem - ao se negar a ouvir argumentação. Dizem pessoas que lá estiveram e eu li nos jornais o protesto do nobre Deputado Roberto Requião, que, esse empregado do Governo, porque nesse instante ele não é mais um Coronel, ele é um empregado do Governo pago com o dinheiro do povo, com o dinheiro do contribuinte brasileiro, esse empregado do Governo negou-se a qualquer diálogo alegando que, o assunto, é previsto em lei, foi regulamentado como tema de interesse para a segurança nacional! Ora! "Vá Tomar Banho!" Que segurança nacional?! Distribuição de gás engarrafado?! O que é isto, meu Deus?! Ele disse:

- Eu vim aqui, para comunicar a decisão, não vim para discutir.

Estas, foram as expressões.

Eu acho que, o maior interesse para a Segurança Nacional deve ser a alimentação do povo, a manutenção do direito ao acesso fácil às mercadorias que lhes são essenciais, como é o caso do gás de cozinha. Isto é segurança nacional, o resto é coisa de tecnocrata! Evidentemente, a Portaria do CNP atendeu a interesses econômicos das empresas engarrafadoras, todas elas multinacionais, que deixam de pagar comissões aos intermediários, reduzem seus próprios custos operacionais, disciplinam a população, a um consumo formal, agora, ninguém se lembrou da população de menores recursos, e entre estes, o gás é consumido com parcimônia, uso ditado pela falta de dinheiro para terem sequer o que cozinhar! Essas famílias - e disso não se lembraram os homens que dirigem o CNP, e disso não se lembraram os tecnocratas, porque essas famílias dispõem de um só botijão, porque eles não têm dinheiro para investir no segundo botijão, no botijão de reserva e renovam a compra quando esgota o conteúdo, seja fiando na mercearia ou oferecendo um cheque pré-datado. Todos nós sabemos que é como as famílias de baixa renda se despertam nessas ocasiões.

A exceção nos bairros pobres, sempre



foi a compra nos caminhões quando da entrega automática.

Outro aspecto que é importante na questão: as companhias engarrafadoras cujos interesses foram apadrinhados pelo CNP, não há o que negar, nada produzem. O gás de cozinha é um produto das refinarias de petróleo da Petrobrás. As empresas distribuidoras são meras e grandes intermediárias. A nova sistemática não reduziu o custo final do gás de cozinha. Isto este Coronel esqueceu de dizer, este Coronel prepotente que aí esteve, esqueceu de dizer, porque se ele argumentasse que essa foi uma medida para baratear o gás ao consumidor, o preço final ao consumidor, todos nós aceitaríamos, embora isto acarretasse sacrifício à população, mas não reduziu um só centavo. Se houvesse interesse em reduzir a intermediação para garantir os preços mais baratos, o Governo determinaria à Petrobrás que procedesse a venda direta aos consumidores, através da rede de postos de gasolina da Petrobrás distribuidora.

Eles sabem fazer propaganda de um novo equipamento. Gastam milhões e milhões de cruzeiros para mostrar ao povo (como) os novos equipamentos ou como são dotados os postos distribuidores dos produtos da Petrobrás, mas não sabem investir em algo para reduzir pelo menos o preço do gás de cozinha, o custo final.

Bastava que esses botijões fossem vendidos pelos postos de distribuição da Petrobrás Distribuidora, para que se reduzisse, mas nisso não há interesse. O que há interesse é de proporcionar às Companhias multinacionais um lucro cada vez maior em detrimento da economia da população.

Todos nós sabemos que esse negócio é dominado hoje por essas organizações transnacionais.

Hoje há um movimento de protesto, justa indignação contra a Portaria do Conselho Nacional do Petróleo, pela Câmara Municipal e pelas entidades de defesa ao consumidor, pelas associações de bairros. Todos estão unidos para sensibilizar as autoridades do setor para mais este abuso continuado que desmente com seriedade as propaladas intenções sociais do Governo da Nova República. E esta Assembléia Legislativa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não pode ficar ausente. A nossa ação não pode limitar-se à ação isolada de um ou dois Deputados. Louve-se, nesta oportunidade, o Deputado Roberto Requião que tem acompanhado com vivo interesse esse episódio.

Aparentemente prosaica esta questão que envolve uma defesa direta da população ante a imposição de norma, onde a autoridade inclusive, se recusa a ouvir a reclamação,

digo, a argumentação dos interessados.

Ora, 20 anos se passaram, o povo brasileiro suportou heroicamente esses 20 anos de autoritarismo em nome do desenvolvimento nacional, que era o argumento usado para exigir sacrifícios do povo. Mas, agora não se admite que venha um empregado do Governo da Nova República se negar a ouvir os legítimos representantes do povo.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência traz a essa tribuna, um assunto de grande relevância e oportunidade.

Nós temos acompanhado, Deputado Erondy, os reclamos da população e da população mais humilde de Curitiba e por certo de outros grandes centros, com relação à resolução do CNP.

Ora, Nobre Deputado, talvez para quem more em edifícios com central de gás, seja fácil uma resolução como essa, mas, para quem mora na periferia, que não tem carro, que tem dificuldade para poder substituir o bujão de gás até porque, muitas vezes, não pode ter dois em casa, um de reserva. Para as pessoas que tem que carregar um bujão nas costas quadras e quadras para poder chegar a seu lar. E Curitiba tem casos já de assalto de roubo de bujão que está sendo levado por uma pessoa. E o que eu acho incrível Deputado Erondy Silvério, o CNP proibir a venda de gás no posto de gasolina.

Ora, se o posto de gasolina tem a supervisão do CNP, por causa do combustível que lá vende, se o posto tem que ter o cuidado já porque vende um produto também inflamável. Por que não vender o gás liqüefeito no posto de gasolina?

Vossa Excelência levanta um assunto, embora tecendo críticas à Nova República, mas que daqui da nossa Bancada, eu respeito, acho oportuno e acho necessário que aqueles que representam o povo façam como Vossa Excelência está fazendo. Denunciar esse fato, reverter essa posição, enquanto não se cria tanto problema ainda com ela porque é um absurdo. É uma coisa inaceitável na prática de trazer transtornos incriveis para a população dos grandes centros. Porque é despida de qualquer profundidade maior no exercício prática de uma resolução, aliás, do CNP que já fez um monte de coisas erradas como proibir venda de gasolina para ambulância em postos de gasolina, em beira de estrada, quer dizer, não é fato novo. Mas, Vossa Excelência está de parabéns, esse assunto necessita ser levantado e todos devem denunciar, para que haja, para que seja abolido, revogada essa portaria que é inócua, inoportuna e

de muito pouca inteligência.

O SR.ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado ao nobre Líder e temos a certeza que o requerimento que nós apresentamos hoje, à consideração da Casa, já está aprovado. O nosso requerimento é no sentido de que seja encaminhado ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o homem que liderou todas as pesquisas de opinião pública nacional quando se pretendia escolher o novo Presidente da República. Portanto, um homem que goza da credibilidade da opinião pública nacional, não pode permitir que na sua pasta, um funcionário subordinado ao seu Ministro, trate com absoluto descaso os representantes do povo e não pode permitir também, que o CNP, subordinado à sua pasta, cometa este crime contra a economia popular do País.

Portanto, o requerimento que encaminhamos, é de protesto; é para que esta Casa se manifeste para que façamos sentir ao Ministro que a distribuição do gás para uso doméstico é um serviço de utilidade pública. Portanto, na conveniência das comunidades, jamais poderia ser alterada a sua forma de distribuição para atender, unicamente, ao anseio de um lucro maior das empresas distribuidoras.

E nós requeremos ainda, Senhor Presidente, que cópia do nosso pronunciamento seja enviada a todos os membros da Bancada paranaense no Congresso Nacional, porque é importante que os Vereadores acionem os seus Deputados Estaduais e que estes, por sua vez, cobrem dos nossos representantes no Congresso Nacional, uma luta em favor destas medidas que visam atender os anseios da população. Porque esse negócio de protestar e ficar aqui mesmo, não. Nós temos que levar a nossa voz ao Congresso Nacional.

Então, nós queremos que a Mesa, aprovado este requerimento, encaminhe uma cópia ao Ministro das Minas e Energia, ao presidente do CNP e, principalmente, a todos os membros da Bancada Paranaense no Congresso nacional, para que eles juntem suas vozes, a sua luta, os seus esforços em favor do trabalho dos Vereadores, do trabalho dos Deputados que encampam essa luta em favor da solução desse problema. Eu concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr.Gabriel Manoel- Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência, como sempre, está abordando um assunto muito sério em benefício do nosso povo.

Nós assistimos o valoroso Deputado Roberto Requião brigando pela gente do Paraná, como Vossa Excelência está neste momento, fazendo neste momento, uma explanação séria. E é preciso, Deputado, um aden-

do nesse seu requerimento: que o Deputado, em uma reunião, seja respeitado, com a devida vênia que temos pelos militares, que parece que a Nova República não mudou por enquanto, não venham ao Paraná.

E como o Deputado Roberto Requião procura lutar em benefício de sua terra e sua gente, como Vossa Excelência está fazendo nesta tribuna, que não seja uma voz perdida no deserto.

Vossa Excelência tem a nossa admiração e os parabéns da nossa bancada, que sei, que traduzimos, Deputado Erondy Silvério, ao lado de nosso líder e de nossos companheiros, os nossos parabéns. Vamos lutar porque é o Paraná, é o Brasil que precisa de gente como Vossa Excelência.

O SR.ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a Vossa Excelência. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Fiori Luiz) Consultamos à Liderança do Partido da Frente Liberal se deseja fazer o uso da palavra.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Será ocupado pelo Deputado Ivan Gubert, os primeiros dez minutos.

O SR.PRESIDENTE (Fiori Luiz)- Nos primeiros dez minutos, o Deputado Ivan Gubert.

O SR.IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É de conhecimento de todos que os Estados têm até o dia dez de junho próximo, para aprovar sua legislação referente à micro-empresa. Também é de conhecimento da grande maioria que o Governo do Estado do Paraná, está apresentando para discussão, um anteprojeto de lei que estabelece tratamento diferenciado no campo tributário à micro-empresa, onde altera a Lei Orgânica do ICM na parte relativa à substituição tributária.

Pois bem, Senhores Deputados, acredito que é momento desta Assembléia Legislativa entrar a fundo nesta matéria, procurando contribuir de forma séria e decisiva para que a legislação seja aprovada em moldes que atendam os interesses do Governo e dos micro-empresários.

O Brasil tem hoje aproximadamente dois milhões de micro-empresas que absorvem grande parcela da mão-de-obra nacional. Desses dois milhões, aproximadamente 25% funcionam de forma totalmente ilegal. O Estatuto da Micro-Empresa está aí. O início da aplicação está próximo e cabe parcela de responsabilidade a nós, legisladores, de fazermos uma lei que tire os 25% da marginalidade empresarial e permita que os restantes continuem trabalhando normalmente, o que só conseguirão, tenho convic-

ção, com uma legislação que os beneficie de alguma forma.

E não é só isso, Senhores Deputados. A aplicação do Estatuto da Micro-Empresa, de forma compatível, permitirá a criação de aproximadamente cinco milhões de novos empregos em todo o Brasil. Sim: cinco milhões. Pois, tirados os embaraços e a burocracia empresarial, tudo ficará mais fácil, desinibindo aqueles que querem entrar no seu próprio negócio e, com receio da legislação tributária, não o fazem.

Mas passemos à análise de alguns pontos do anteprojeto de lei da Secretaria das Finanças.

Inicialmente o artigo 2.º, itens I e II:

Artigo 2.º - "Consideram-se micro-empresas para os fins desta lei, as pessoas jurídicas e firmas individuais que tiveram receita anual igual ou inferior de cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, e que sejam:

1. Empresas comerciais que vendam mercadorias apenas em operações internas, diretamente a consumidores finais. Ou,

2. Empresas industriais que vendam produtos acabados exclusivamente a consumidores finais.

Já de início um elemento de indagação:

Por 5 mil ORTNs, se a lei federal estabelece 10 mil de receita bruta para qualificar uma micro-empresa e beneficiá-la com isenção de tributos?

Este parâmetro reduzirá sensivelmente o universo das empresas que irão se beneficiar.

Mais ainda, o item 2, que leio novamente; item 1 e 2:

"Empresas comerciais que vendam mercadorias apenas em operações internas, diretamente a consumidores finais, ou empresas industriais que vendam produtos acabados exclusivamente a consumidores finais".

É isto. As micro-empresas não poderão realizar operações para outros Estados, podendo somente vender seu produto ao consumidor final. Por que um micro-empresário não pode vender seu produto a um comerciante? Por que um micro-empresário não pode vender seu produto a outros Estados? Esta Assembléia terá que ficar alerta a estes pontos da Legislação.

Mas vamos continuar. O parágrafo 5.º do artigo 2.º, diz o seguinte:

"Entende-se como receita bruta, para os fins do disposto neste artigo, os valores das compras de mercadorias acrescidas da margem estimativa de lucros das demais receitas operacionais e não operacionais auferidas.

E por que não o preço de venda?

O acréscimo de uma margem estimativa de lucro levará com certeza a problemas

sérios de análise subjetiva. A estimativa é, em última análise, uma presunção.

Outro ponto de grande indagação é o disposto no artigo 3.º, item 3 e 4, onde se pode ler:

"Ficam excluídos do regime desta lei as empresas:

3- que participem do capital de outra pessoa jurídica.

4- cujo titular ou sócio participe do capital de outra pessoa jurídica.

Isto não é justo. A Legislação Federal admite a participação de um micro-empresário participando de outra micro-empresa, desde que a somatória das duas não atinja o limite das 10 mil ORTNs. Porque a Legislação Estadual conflitar desta forma?

Senhores Deputados, existem outros pontos que acredito devam ser assinalados e discutidos nesta Casa na hora oportuna. Quero aqui deixar somente meu pedido. Vamos estudar com carinho a matéria. Vamos fazer como os Deputados Federais e Senadores, que apresentaram substitutivo à matéria melhorando-a. Tenho certeza, o Governo do Estado do Paraná não será tão insensível como foi o Executivo Federal, que vetou o substitutivo apresentado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Congratulo-me com Vossa Excelência por este alertamento que faz à Assembléia Legislativa com relação a um assunto de tamanha importância como este que, na verdade, trata da sobrevivência do pequeno, do micro-empresário paranaense, num Estado onde sabemos que a economia depende essencialmente dos micro-empresários. O Paraná é um testemunho do que o micro, do que o pequeno faz em todos os cantos, seja no campo agrícola, seja no campo empresarial. E Vossa Excelência analisa com dados, com propriedade. Vossa Excelência teve acesso, talvez pelo zelo com que Vossa Excelência se porta no exercício do mandato parlamentar, a este anteprojeto e confesso a Vossa Excelência que, apesar de interessado na matéria, não tive oportunidade de conhecê-lo ainda. E alerta também para o prazo. Se temos problemas em analisar este assunto até o dia 10, Vossa Excelência há de compreender que é preciso que esta matéria entre na pauta de discussão deste Poder Legislativo.

Não sei, confesso a Vossa Excelência se esta mensagem governamental já foi encaminhada a este Poder, ou não foi. E os pontos levantados por Vossa Excelência com relação ao faturamento bruto das empresas com relação aos aspectos em que esta pretensa Legislação, ou este anteprojeto limita a possibilidade da desburocratização da pequena empresa, é um aspecto muito sé-

rio. O Paraná, que é a "terra dos pequenos", que não é a "terra dos gigantes", não pode limitar. Porque veja bem Vossa Excelência, quando a Secretaria das Finanças, neste arrocho fiscal que promove no Estado do Paraná, pretende implantar outras taxas, ou fazer com que as taxas e as multas na área fiscal sejam convertidas em valores, referências, ORTNs, como ocorreu no passado, a alegação da Secretaria das Finanças do Paraná no Governo José Richa fala normalmente o seguinte, "não porque a legislação federal fala nisso". Quando se levanta o assunto de aumentos exorbitantes na área da Junta Comercial do Paraná, qual era a alegação? A alegação era de que a Junta Comercial está fazendo isso porque há uma determinação do Ministério da Indústria e Comércio.

Ora, então se a idéia é de seguir a orientação do Governo Federal, por que não segui-la, nesse caso, para beneficiar os micro-empresários que testemunham a evolução da gente da terra dos pinheirais?

Por isso, eu me congratulo com Vossa Excelência e acho que este assunto é de grande oportunidade, e Vossa Excelência cumpre com exercício do seu mandato parlamentar em altos estilos em trazer este assunto à baila.

O SR. IVAN GUBERT - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de tecer um comentário que realmente, Vossa Excelência me alertou.

O Governo do Estado tem ultimamente, feito algumas colocações que eu tenho discordado, e me lembro que a bem pouco tempo, quando nós tivemos o aumento de alíquotas de ICM, o Governo do Estado alegou publicamente que estava fazendo isto em função da legislação federal, mais especificamente da Emenda Passos Porto, o que todos nós Deputados sabemos, não era uma verdade.

Mas, o que me trouxe realmente a esta tribuna, foi fazer este alerta. Eu gostaria de pedir à Bancada do Governo nesta Casa, que apressasse junto ao Executivo a análise deste anteprojeto de lei para que ela chegasse a esta Casa e através das suas comissões próprias, através deste Plenário tivesse sua ampla discussão, porque sem dúvida alguma é uma matéria de grande interesse aos micro-empresários paranaenses.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permitiu um aparte? (Assentimento).

No último sábado realizou-se em Ponta Grossa o Segundo Encontro Estadual de Associações de Micro-empresas. Naquela oportunidade tive ocasião de participar dos debates que ali foram realizados, inclusive, analisando o primeiro anteprojeto dos que já foram elaborados pela Secretaria da

Fazenda do Estado do Paraná, e naquela oportunidade também comuniquei aos micro-empresários de que o anteprojeto elaborado pela Secretaria da Fazenda não representava portas fechadas para um novo diálogo. Ao contrário, a partes principais que ainda estão em debate propositadamente foram deixadas pelo Secretário João Elísio para serem debatidas na Assembléia, porque ele achava que o problema era de ordem política e a participação deveria ser do Governo através do Governo José Richa e dos Deputados.

Eu acredito que nos próximos dias a mensagem virá a esta Casa e o debate será o mais amplo possível.

O SR. IVAN GUBERT - Eu agradeço o aparte e fico feliz com esta informação de que o Executivo estadual não irá fechar as portas da discussão e, com certeza acatará as opiniões e os eventuais substitutivos que esta Casa venha a apresentar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - No horário reservado à Liderança do PFL, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero afirmar, não poderíamos ficar omissos ao pronunciamento feito pelo nobre Deputado Erondy Silvério e a participação que teve o Deputado Roberto Requião e o apoio também, da bancada do PMDB no sentido que seja revogado a portaria baixada pelo CNP.

Sabemos que esta portaria é ainda do ex-presidente General Osiel de Almeida.

Devemos repudiar esta portaria e tenho certeza de que o Senhor Ministro tomará providências.

Dispensa até comentários a respeito, depois do pronunciamento aqui feito, da dificuldade, principalmente as pessoas mais pobres, operários que às vezes não podem comprar dois bujões de gás. Fica sem um de reserva e sem um para poder trocar quando acaba o gás da cozinha de sua casa.

Por isso, é louvável e terá todo o nosso apoio o pedido de revogação da portaria baixada pelo CNP.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta semana visitando a região do Vale do Ivaí pude sentir a dificuldade no internamento de pacientes no Hospital Psiquiátrico em Jandaia do Sul, pessoas desprovidas de recursos, pela burocracia reinante na Secretaria da Saúde e por isso, estou fazendo um apelo ao Senhor Secretário da Saúde, que credencie os médicos, chefe do posto de saúde de cada município,

para que possam encaminhar esses pacientes, independente, de ter que deslocar o paciente para o Distrito Sanitário Regional.

Pude assistir na cidade de Fenix, quando lá estava um demente precisando ser internado com urgência, o delegado com esse demente na cadeia e sem saber o que fazer, ligou para o hospital em Jandaia do Sul e disseram que seria possível o internamento, mas era preciso deslocar a Apucarana para depois de examinado lá no distrito, ser autorizado o seu internamento.

Não vejo porque o hospital que tem convênio com o INPS, convênio do FUNRURAL e esse convênio feito com a Secretaria de Saúde através da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, o convênio do SERVI, que paga Cr\$ 11.205 a diária incluindo medicamentos, para internamento desse paciente, sabemos que não dá nem para cobrir a despesa de um almoço. Não vejo porque tanta burocracia.

Por isso, estou encaminhando a Mesa, um requerimento fazendo um apelo ao Senhor Secretário de Saúde, que autorize os chefes dos postos de saúde autorizarem esse internamento independente de passar pelo Distrito, cujo requerimento nos seguintes termos:

(Lê) os termos do requerimento

Lamento Senhor Presidente, Senhores Deputados a ausência do nobre Deputado Airton Cordeiro nesta Casa, mas não poderia deixar de registrar a nossa estranheza pela sua atitude num programa que fez esta semana "Bom Dia Paraná", em que ele afirma que a Frente Liberal no Paraná, é o PDS derrotado.

Estranho, Senhores Deputados, eu quando me desliguei da bancada do PDS, disse do nosso posicionamento, disse da nossa convivência com a bancada do PDS, nós que sempre lutamos procurando dar a nossa contribuição não só ao partido, mas ao Paraná e com esse respeito, nós esperamos desempenhar a nossa missão nesta Casa; se houve derrotados foram todos, mas não poderia deixar de afirmar que o nobre Deputado Airton Cordeiro, como todos afirmam perdemos a eleição porque o nosso candidato ao governo não tinha o carisma, não tinha popularidade e o nobre Deputado era o mais ligado ao candidato do PDS, mas não vem ao caso, só para afirmar que nós estamos desempenhando a nossa missão com todas dificuldades, mas vai indo muito bem e, eu espero que, ele por questão de espaço talvez, achou o melhor caminho permanecer onde está? que continue, mas que respeite a posição que nós adotamos e haveremos de cumprir, dando a contribuição ao Paraná. Eu concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Eu agradeço a Vos-

sa Excelência, e quero afirmar a Vossa Excelência eu acho que é o pensamento da maioria dos nossos companheiros de bancada do PDS. Que nós não comungamos, absolutamente, com o pensamento do Secretário Geral do Nosso Partido, Deputado Airton Cordeiro.

Não posso afirmar que ele tenha feito essas declarações e duvido até que as tenha feito. Porque derrotados fomos todos nós. Derrotados por um sistema que sacrificou o povo brasileiro durante 20 anos. E que nós, por circunstâncias da própria política, demos apoio em todos esses 20 anos. O povo cansou do PDS.

E eu quero deixar aqui consignado o profundo apreço que tenho pelos Senhores Deputados que integram hoje a Frente Liberal do Paraná. Tenho absoluto respeito, porque eu na qualidade de líder do Governo passado, eu tive sempre nesses companheiros, o mais decidido apoio, em todas aquelas questões que aportaram aqui no Poder Legislativo e que diziam respeito ao supremo interesse do povo do Paraná. Sempre tivemos sua colaboração decidida e cada um nesta hora de definições, nesta hora em que a política brasileira tomará certamente novos rumos, deve escolher os caminhos que melhor lhes convenham, sem merecer, e de forma nenhuma, censura de quem quer que seja. Se o nobre Deputado Airton Cordeiro, fez estas afirmações, ele não as fez em nome - eu tenho quase que certeza, da grande maioria da Bancada do PDS. Porque derrotado ele também o foi, porque como bem disse Vossa Excelência, ele é fruto, fruto exclusivo do Senhor Saul Raiz como Prefeito e que financiou, através dos cofres públicos da Prefeitura, a campanha dele a Vereador de Curitiba. Então não se pode esquecer. Como é que nós podemos estar tripudiando sobre companheiros. E depois ele foi um dos mais entusiastas da candidatura Saul Raiz. A grande votação que ele teve nessas eleições, claro, são seus méritos pessoais - é evidente; mas também não se pode negar que ele foi - e fortemente ajudado, pelo então Secretário dos Municípios, Saul Raiz nós não concordamos, absolutamente, com essa censura feita, com esse conceito emitido, aos Deputados que integram hoje o Partido de Vossa Excelência. E desejamos a Vossas Excelências, - eu estou me alongando, eu já termino - Desejamos a Vossas Excelências, que realmente tenham escolhido o melhor caminho. Que Vossas Excelências pela atuação que tem tido na vida pública paranaense, merece o respeito do povo do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e não esperava outro posicionamento, senão este de Vossa Excelência, e de muitos outros com-

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Mesa lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradeço, Senhor Presidente.

... Eu espero que o nobre Deputado Airton Cordeiro, se conduza no posicionamento que tomou, digno do compromisso que pretende cumprir; mas que respeite a posição que adotamos e que eu espero trazer uma grande contribuição ao Paraná. Não é momento para desespero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 289/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a "Associação Rodoviária do Paraná", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 104/83, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que autoriza a Comissão Executiva instituir medalhas, do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão", e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da Comissão Executiva, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 182/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e outros, que reconhece a Associação dos Servidores da Assembléia do Estado do Paraná - ASALEP, como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 185/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "Educandário Bom Pastor - Movimento de Libertação de Vidas", com sede no Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado,

artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 192/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE RURAL "AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO", com sede e foro em Wenceslau Braz. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. Está em discussão o Substitutivo deste mesmo Projeto. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 306/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece a data de "29 de MARÇO", anualmente em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "Dia da Cultura Racional Paranaense". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 339/84, de autoria do Poder Executivo doar à Mitra Diocesana de Paranaguá, uma área de 753 m<sup>2</sup>, parte de área maior, situada na cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado, conforme parte de Transcrição n.º 116, do Livro 3-A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM RÉGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 130, de 03/12/84, Mensagem).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI N.º 339/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente plano de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Mitra Diocesana de Paranaguá, imóvel de Propriedade do Estado, constituído de área de terras que especifica localizada na cidade de Bocaiúva do Sul.

De acordo com a Mensagem que encaminha o projeto de lei, tal doação tem por finalidade atender, com a utilização do imóvel, a fins assistenciais e comunitários com os quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04/12/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ERVIN BONKOSKI - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Gretchen Gonzaga



Vieira, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Senhores Moyses Parcianello e Tomio Taniguti, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano, próximo ao Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Aleixo Kotkowski, ocorrido no dia 17 de abril do corrente ano, no Município da Lapa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Aleixo Kotkowski, ocorrido no dia 17 de abril do corrente ano, no Município de Campo do Tenente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 153/84. Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu queria que Vossa Excelência solicitasse ao Secretário que lesse o outro requerimento que vai ser anexado a esse.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Mesa já vai providenciar a solicitação do nobre integro e preclaro Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Excelência, trarei, na outra sessão, um dicionário para resolver este palavreado de Vossa Excelência e direi a Vossa Excelência os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Peço ao Senhor 1.º Secretário que proceda à leitura da súmula do requerimento do Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Comunicação Social, encarecendo esclarecimentos sobre despesas com programas de televisão, nos termos da

Constituição e do Regimento Interno. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, pela ordem.

O Senhor Deputado Líder está procurando o celeuma com a minha bancada. É voto vencido. Vossa Excelência já deu como aprovado. Não seria esta a oportunidade. Então, requeremos chamada nominal, para que a Liderança do PMDB saiba onde põe o bedelho.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu só poderia pedir verificação de votação, após Vossa Excelência proclamar o resultado. Não haveria outra forma; não poderia pedir antes.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) - Pediria a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal.

(O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.)  
2.ª chamada.

(Procede à chamada pela segunda vez)

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente peço a Vossa Excelência que me inscreva para falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa já anotou, nobre Deputado.

Trinta e sete Senhores Deputados presentes. Havendo número legal, a Mesa irá proceder a verificação de Votação requerida pelo Deputado Caíto Quintana.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira, queiram levantar-se.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Solicito que Vossa Excelência informe, tendo em vista o tumulto que ocorreu no plenário em razão da chamada nominal, qual o assunto que se coloca em verificação de votação.



Pois quê é um requerimento de autoria deste Deputado e do Deputado Augusto Carneiro, no sentido de que o Governo do Estado informe com precisão e traga à Assembléia Legislativa, os documentos necessários para se verificar, efetivamente, quanto? a quem? e como? e que documento? e com que autorização legal? e com que concorrência pública? foram gastos, milhões e milhões de cruzeiros para produção de programa de televisão do Governador José Richa, ocorrido no último mês?

O SR. PRESIDENTE - (Flori Luiz) A Presidência volta a reprisar, o requerimento de autoria dos Deputados Luiz Alberto Oliveira e Augusto Carneiro, com a seguinte súmula: (Lê) "Requer informações da Secretaria de Comunicação Social ..." Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Quinze Senhores Deputados aprovam e dezoito rejeitam. Está REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba especial à Associação de Recuperação de Alcoólatras de Tapejara, para a construção de sua sede própria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um trator para auxiliar na aplicação do programa de micro-bacias, no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na rede de água no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a realização de reformas gerais na Escola Rui Barbosa - Ensino de 1.º Grau, no Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente a Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na água distribuída para a população do Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a adoção de um programa de fluoretação na água que abastece a população do Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um posto para serviço telefônico no Distrito Administrativo de Geremia Lunardelli no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo que determine estudos por parte do BANESTADO S/A. Crédito Imobiliário, com vistas a aplicação de 15% da importância destinada a construção civil na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO no Município de São Jorge do Patrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo serviços de conservação do acesso rodoviário de Marechal Cândido Rondon, no rumo de Toledo-Cascavel, passando pelos Distritos de Quatro Pontes, Nova Sarandi e Vila Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário

da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na rede de água do Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um veículo para a Inspeção de Ensino do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório daquele Instituto no Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, encarecendo a agilização do "Clic Rural" na região pertencente ao Município de Sertãoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a liberação de 1 congelador para o posto localizado no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Duílio Luiz Bento, pela sua nomeação para diretor geral do Tribunal de Contas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Deputado Rubens Bendlin, pela sua eleição como presidente da Associação Paranaense de Farmacêuticos - ASPAFAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e do Esporte, encarecendo a recuperação da Gruta de Campinhos, situada às margens da BR-476, Estrada da Ribeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente à Comissão do Congresso Nacional que analisa propostas de reforma da legislação eleitoral, encarecendo a extensão do direito de voto aos milicianos brasileiros através da aprovação de Emenda Constitucional proposta pelo Senhor Deputado Armando Pinheiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente aos Senhores Presidente da República em exercício, Ministro do Planejamento, Presidente do PMDB e Presidente nacional do PFL, encarecendo a divulgação do Programa da Aliança Democrática e as Diretrizes do Governo Tancredo Neves. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de serviço de assistência médica e dentária aos detentos da Sub-divisão policial do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da 5ª RE/DE, encarecendo a dispensa obrigatória do serviço militar a jovens da zona rural dos municípios do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Viação Garcia S/A., encarecendo sejam colocados melhores ônibus nas linhas de maior percurso, sobretudo Maringá - Curitiba, cujo itinerário mormente à noite, é servido por péssimos carros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um novo prédio para a CIRETRAN do Município de Arapongas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada do Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, passando pela localidade de Vila União até o Rio Alonso, bem como o cascalhamento da estrada da localidade de Campineiro do Sul, ao entroncamento da estrada que passa por Vila União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora

Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a implantação de um sistema completo de iluminação junto à cancha poli-esportiva da escola Estadual Basílio Pertew - Ens. de 1.º Grau, no Distrito de Ângulo, Município de Iguaraçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, encarecendo a instalação de uma unidade da mesma no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de uma sede própria para a agência de rendas do Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo o envio de materiais e equipamentos para o posto do Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um módulo policial na localidade de Paraíso do Sul, Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, encarecendo a reativação do esquema de atendimento efetuado durante a safra de feijão pela unidade de Cerro Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo o cancelamento do registro de empresas que causam violações costumaz das normas de aplicação aérea de agrotóxicos prescritas pelo Ministério da Agricultura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, manifestando apoio à Associação dos Agentes de Segurança pela reivindicação da supressão da carreira de Agentes de Segurança igualando-os à carreira de detetive e a criação da carreira de investigador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo esclarecimentos sobre o protocolo n.º 019415. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo o aumento de verba e/ou gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo doações de livros e publicações diversas para a Biblioteca Pública do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", sob o título "A nobre renúncia de Richa". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, manifestando apoio ao recurso administrativo impetrado pela APPD-Nacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro do Trabalho, encarecendo a substituição do Delegado Regional do Trabalho do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Depu-

tado Márcio Almeida, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a normalização das aulas nos cursos de magistério desenvolvidos pelos estabelecimentos estaduais de ensino. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma delegacia de polícia no Município de Nossa Senhora das Graças. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da rodovia Toledo - Porto Britânia, passando pelas localidades toledanas de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km.41, e no Município de Marechal Cândido Rondon pelas localidades de Linha União, São Cristóvão, Vila Margarida e Pato Bragado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Agricultura e Indústria e Comércio, encarecendo sejam sanadas as arbitrariedades que estão culminando com o esvaziamento dos produtos sericícolas do Estado e sua respectiva comercialização. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo a liberação de verbas à Universidade Federal do Paraná, para utilização nas aulas de campo do curso de geologia, sem o que o referido curso estará sensivelmente prejudicado em seu currículo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo apoio ao Governo do Estado do Paraná, para que este cumpra o cronograma de obras rodoviárias ao desenvolvimento da economia agrícola do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antonio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da pista asfáltica da estrada que liga os Municípios

de Missal e Medianeira, e aquela com a BR 277, passando por Portão do Ocoy e Vista Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando anteprojeto a fim de ser verificada a possibilidade de implantação de medidas para aplicação de verbas do BANESTADO S/A. Crédito Imobiliário, na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento, encarecendo medidas para franquear, pelo prazo de seis meses, a efetivação de depósitos em cadernetas de poupança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 4.º aniversário da Associação de Recuperação do Alcoólatra, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo sejam remunerados os engenheiros agrônomos que trabalham nos colégios agrícolas estaduais a partir do piso de um salário mínimo profissional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um posto de identificação no Município de Nossa Senhora das Graças. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do INCRA, encarecendo a titulação dos lotes remanescentes da Gleba Londoeste, no Distrito de São Clemente, Município de Santa Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o setor no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo maior apoio para o setor cultural e esportivo do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 106.º aniversário do Município de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a liberação de verba para custear 50 horas de trabalho de trator na construção de tanques de piscicultura no Colégio Agrícola do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, encarecendo para que a distribuição de gás combustível de uso doméstico faça-se sempre como um serviço de utilidade pública, portanto na conveniência das comunidades, jamais na forma desejada pelo anseio de lucro das empresas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a constituição de uma comissão especial, composta de 5 membros, destinada a opinar com respeito ao Projeto de Lei Complementar n.º 217/84, que dispõe sobre a organização dos municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O Senhor Presidente solicita aos Senhores Líderes das Bancadas que façam as indicações dos respectivos Deputados para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações quanto ao volume arrecadado pelo ICM nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1984, e janeiro, fevereiro e março de 1985. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a permanência dos soldados daquela corporação junto às delegacias de polícia do interior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a desburocratização para autorizar internamentos de pacientes desprovidos de recursos no Hospital Psiquiátrico de Jandaia do Sul, referente ao Convênio da SERVI pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o arquivamento de forma definitiva do Projeto de Resolução n.º 20/84, de sua autoria. Retirado pelo autor.

#### EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é do meu feitio silenciar diante de comentários que fazem a respeito de minha conduta e sobretudo comentário injusto e improcedentes.

O ilustre Deputado Gilberto Carvalho, pediu desta tribuna, respeito àqueles que integram hoje o Partido da Frente Liberal, respeito que, aliás, nunca neguei a alguém desta Casa e nunca neguei a algum dos muitos que conviveram comigo e com os quais eu convivi nestes três mandatos parlamentares, desde o tempo da Câmara Municipal de Curitiba, e aqui estão ex-Vereadores de Curitiba: Vereador então Adhail S. Passos, Vereador então Donato Gulin, Deputados de duas Legislaturas.

Então, o primeiro esclarecimento ao Deputado Gilberto Carvalho: não neguei respeito a Vossas Excelências, até porque tenho no Partido da Frente Liberal, mesmo que discordando dos métodos que a Frente Liberal adota no Paraná, tenho grandes amigos neste Partido.

Não considere a Frente Liberal como sendo a Roberta Close que faz que é, mas não é. Não. Mas tenho o direito de fazer as críticas que julgo para defender a permanência do meu Partido, sobretudo quando nós estamos acompanhando os episódios que envolvem a Frente Liberal do Paraná, como a pressão descabida sobre os Prefeitos da Área de Segurança Nacional, como a pressão sobre suplentes do nosso Partido, em troca de empregos, e, por coincidência, Senhores Deputados, um pouco antes de ocupar a tribuna, o Deputado Gilberto Carvalho que, lendo uma notícia do jornal "Correio de Notícias", intrigante, por iniciativa minha, conversei com um dos jornalistas da

editoria política do "Correio de Notícias", a respeito do conteúdo da informação e disse ao jornalista o que tenho dito por onde tenho passado no Paraná, a respeito do Senhor Saul Raiz e vou dizer, neste Plenário, para que os Anais da Casa guardem para a história, a minha opinião sobre Saul Raiz. Foi Saul a quem eu homenageei quando vim para esta Casa com o meu primeiro pronunciamento e ainda quando estávamos no Oeste do Paraná, recentemente quando abri uma reunião de interesse do meu Partido e por ele lutarei até as últimas consequências. Eu afirmava que em 1982, em qualquer convenção do PDS, eu votaria em Saul para ser o ocupante do Partido do Governo do Estado, porque dava àquele momento, uma visão estritamente curitibana pelo fato de eu ter sido Vereador aqui e Deputado da Região Metropolitana, e conhecer, profundamente, o trabalho que Saul fez. Mas, a partir do instante em que, interiorizei, por força de circunstâncias partidárias, a minha atuação no Estado do Paraná indo ao interior, observei, constatei pessoalmente, a revolta sim, a revolta sim dos companheiros dos diversos municípios por onde passei. Pelo desrespeito a uma pesquisa que o Diretório Regional fez, em 82, e cujo resultado, não foi obedecido.

Atribuo sim, a imposição feita à época a derrota do nosso Partido, em 1982. Mas não me excludo e não me eximo de qualquer responsabilidade pelo meu voto, que seria, para Saul Raiz em qualquer circunstâncias em 82, pela forma como eu via a sucessão em 82 e pela vivência político-eleitoral nas minhas bases eleitorais, que são em Curitiba e em outros municípios próximos a Curitiba. E, condenava a maneira como o processo sucessório se desencadeou dentro do Partido, levando à derrota inúmeros companheiros nossos pela vinculação de votos. Deputados não se reelegeram, companheiros que se candidataram à Assembleia que não se elegeram, Prefeitos que não se elegeram, Vereadores que não se elegeram. E, busquei o exemplo do passado para demonstrar qual o comportamento nosso, hoje, em nosso partido.

Mas, me entristeceu, mais, o aparte de um companheiro de bancada. E me entristeceu mais, o silêncio dos que me conhecem em minha bancada, quando o Deputado Erondy Silvério afirmou, que eu tive a minha campanha financiada pelo então Prefeito Saul Raiz. Triste fiquei por duas razões: a primeira, porque Saul é um homem honesto e correto e não usaria jamais o dinheiro público para beneficiar quem quer que seja ou quem quer que fosse àquela época. E, mais ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque nunca precisei me servir do Poder Público para fazer qualquer elei-

ção. Não há um favor pessoal que eu deva a governante algum do Paraná! Nenhum! E, eu desafio a todos que me mostrem um! Não tenho um filho e um parente empregado no Estado.

E, com orgulho digo, que a minha filha já com maioridade, dá aula num Colégio particular ganhando um pouco mais que um salário-mínimo. E eu poderia tê-la empregado no Governo. Mas a minha dignidade, os meus escrúpulos, não permitiram sequer pedir pela minha filha ou por algum parente meu.

Não precisava, como não preciso, do uso desses expedientes. Mas esta, infelizmente, parece ser uma velha marca do Deputado Erondy Silvério. Recordo-me quando Sua Excelência na campanha de 1978, eu Vereador em Curitiba e o Deputado Erondy Silvério buscando a sua reeleição, num programa de rádio na "Rádio Independência" dizia que o Prefeito de São José dos Pinhais houvera aumentado os impostos de uma forma exorbitante para financiar a campanha de um candidato pobre à Assembleia Legislativa.

Orgulho-me desta pobreza, mas me orgulho também da minha dignidade de nunca ter solapado qualquer nível do Poder Público. Aliás, é lamentável esse tipo de afirmação. Lembro-me também que o Deputado Erondy falou no mesmo programa de rádio que o Vereador João Derosso, um dos expoentes maiores da política curitibana, era um Vereador de aluguel.

Por essas razões todas é que eu não poderia silenciar, deslocando-me a este Plenário para defender a minha dignidade, a minha honra, e também, porque não a dignidade e a honra de Saul Raiz, que foi acusado neste aparte do Deputado Erondy Silvério.

Se o dinheiro fosse o instrumento mais importante para a eleição, certamente tantos que queimaram dinheiro por este Paraná estariam neste Parlamento, ou poderiam ter estado em outras legislaturas.

Talvez, seja difícil realmente encontrar explicações para um homem pobre fazer, para Vereador em Curitiba, 8.387 votos em 76, ter feito para Deputado Estadual, em 78, 28.310 votos, e em 1982, 42.581 votos, o Deputado mais votado da Capital, concorrendo com outros candidatos, cujo poder econômico é dos mais acentuados.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não venho nem trazer explicações à Casa, mas venho trazer o meu depoimento para que não pare qualquer mácula na minha trajetória pública, inclusive porque amanhã eu não estarei em Curitiba porque viajarei, sob minhas expensas, ao Interior para tratar do meu Partido e dos interesses dos que o integram.



Concedo o aparte ao Deputado Augusto Carneiro, pela ordem de solicitação.

O **Sr. Augusto Carneiro**- Nobre Deputado, quero confessar aqui que, pela pessoa de Vossa Excelência e pela conduta política e por tudo que tem feito e tem sido, tenho o maior respeito. E esse respeito vai até a uma amizade profunda que nos une e sempre nos uniu.

Peço este aparte para abordar o problema do Partido da Frente Liberal para fazer, nesta oportunidade, aqui um apelo a Vossa Excelência de que, no meu entendimento, o Partido da Frente Liberal, que está usando de prerrogativas legais e procurando, através da sua formação, contribuir para o sistema pluripartidarista tão necessário para o fortalecimento inclusive do Poder a que nós pertencemos; não temos direcionamento algum confesso a Vossa Excelência, sobre qualquer outra agremiação política. Temos recebido sim adesões maiores por parte do partido que eu também pertencia por uma circunstância muito lógica e óbvia: porque ninguém sai do Partido do Governo para entrar num Partido de Oposição na tentativa de chegar ao Governo.

Então, esta tem sido a razão. No entanto, não temos feito trabalho algum, assim como já fui por um órgão de imprensa desta cidade, cognominado a meu respeito,, da minha pessoa de que eu estaria aliciando membros para comporem a Frente Liberal, membros do PDS ou de outras agremiações na região que milito politicamente. Vossa Excelência que me conhece tão bem e que tem sabido corresponder à confiança...

O **SR. AIRTON CORDEIRO** - E porque tenho um apreço...

O **Sr. Augusto Carneiro**- ... e admiração que tenho por Vossa Excelência, sabe de que o nosso trabalho e nossa conduta nunca foi e nunca será de aliciamento, porque se porventura tivermos que chegar neste campo para formar a nossa agremiação política, desistiremos de fazer política, porque não é o caminho que buscamos e nunca buscaremos. Se, estamos tentando formar o nosso partido, é uma obrigação, num cumprimento do dever que nos é atribuído e que nós com a responsabilidade que temos e procurando contribuir com a Democracia brasileira e com este novo tempo que o Brasil nasce, estamos buscando formar a agremiação política.

Então queria fazer um apelo a Vossa Excelência, dizendo o seguinte, de que o PFL é fraco, reconhecemos que está nascendo agora, está em formação e não podemos hoje, saber se será intenção nossa que seja um grande partido. Porém, temos também

consciência, de que os partidos menores é que são os partidos que estão mais próximos do entendimento nosso. Todos aqueles que querem nos jogar de pronto como um adendo, um aditivo ao Governo, estão enganados. Porque a postura nossa e principalmente deste Deputado que fala, porque não falo em nome do meu partido, mas falo em meu nome pessoal. E assinei, ainda já pouco um requerimento que foi aqui derrotado, com a Liderança do PDS, buscando um pedido de informações ao Governo do Estado, para que ele pudesse trazer de público as despesas que, no nosso entendimento, são excessivas e até abusivas, feitas no campo da imprensa e nas mordomias que o Estado tem.

A nossa postura é de contribuição com o nosso Estado. Por isto que apelo mais uma vez, a Vossa Excelência que compreenda a posição dos membros da Frente Liberal. Se alguns aprontarem, agredirem, ou fizerem algum ato por palavra, ou por atitude, que possa ter ferido a agremiação política que Vossa Excelência vem de fato dirigindo, que possa então esta pessoa sofrer a responsabilidade dos seus atos, mas não atribuir a todo o partido, ao partido como um todo, a todos nós que estamos com as melhores intenções possíveis de contribuir com nossa participação, com o nosso trabalho, no engrandecimento, no fortalecimento da Democracia e no bem do Paraná.

O **SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz)**- Vossa Excelência tem mais quinze minutos e gostaria de consultá-lo.

O **SR. AIRTON CORDEIRO** - Concedo o tempo necessário para os apartes.

O **SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz)**- Continua com a palavra o Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O **Sr. Gilberto Carvalho**- Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**). Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Gostaria de dizer que estamos formando a Frente Liberal, no Paraná, com dignidade. Jamais houve qualquer pressão por parte de companheiros nossos, procurando atrair eleitores em favor da Frente Liberal. Quando se comentou desta pressão, nem a Comissão Provisória Estadual estava organizada. E nós estamos fazendo hoje, depois de constituída a Comissão Provisória, visitas aos municípios e orientação, deixando para que os companheiros livremente constituam a Comissão Provisória Municipal, que vai indo muito bem. Mas, com a mesma dignidade com que sempre me conduzi na vida pública, junto com meus companheiros, e estamos conduzindo, para o cresci-



mento deste partido.

Vossa Excelência disse que se o dinheiro fosse o mais importante, não estaria nesta Casa. Da mesma forma posso afirmar, eu que estou com vinte e três anos de mandato, que iniciei em 1961, sem interromper, e sem sofrer uma derrota sequer, sempre com dignidade, procurando prestigiar os companheiros e defender os interesses do município que representei, os interesses do Estado e da Nação, não poderia ficar omissos depois de ver as notas dos jornais, e trazer a público fazendo um apelo a Vossa Excelência, que continua no PDS, que é um direito que lhe assiste, é uma questão de espaço, continuaremos no caminho que resolvemos trilhar, com muita dificuldade, sem qualquer recurso, sem uma sede, sem nada, começando do zero.

Vamos com dignidade formar este Partido. Esteja certo Vossa Excelência, que a Frente Liberal haverá de dar sua contribuição ao Paraná. E eu também, nobre Deputado, jamais utilizarei o Governo do Estado para me promover politicamente. Durante todos os quatro mandatos de Deputado jamais utilizei o Governo do Estado. E numa época, quando Vice-Líder do Governo, época de campanha, consultado por um dos Governadores como estava a minha situação, a resposta foi, "só não me atrapalhasse que eu não precisava de ajuda".

E sempre fui assim e haverei de conduzir e, tenho certeza, junto com os companheiros haveremos de formar um grande partido do Paraná, mas não para polemizar em troca de nada, mas sim em favor do povo paranaense; em favor do nosso compromisso assumido nas urnas, em 15 de novembro de 1982.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Apenas quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Gilberto, que o documento que foi encaminhado aos Prefeitos da Área de Segurança Nacional, foi uma pressão. Uma inconcebível pressão dentro de um momento de democratização do País.

Neste documento, os Parlamentares signatários dele afirmam claramente aos Prefeitos que eles permanecerão nos seus cargos desde que aderissem ao PFL ou ao PMDB.

O PMDB recriou da tribuna desta Casa aquela afirmação contida no documento.

É uma pressão, Deputado Gilberto Carvalho. É uma pressão que configura uma forma de corromper a consciência dos Prefeitos que estavam trocando o seu partido por mais alguns meses a frente da Prefeitura.

E eu não estou inventando, e não estou trazendo palavras que se perdem no ar. Este documento está transcrito nos anais da

Assembléia Legislativa.

Até confesso que não me recordo se Vossa Excelência pôs ou não a sua assinatura no documento.

Mas, o documento é uma pressão e o resultado dele qual foi? Prefeitos da Área de Segurança Nacional, com raríssimas exceções, ato contínuo se desligaram do PDS e aderiram à Frente Liberal.

Então, eu respeito profundamente o posicionamento de Vossa Excelência.

Vossa Excelência sabe o apreço que eu tenho pela posição pessoal de Vossa Excelência; pela posição política de Vossa Excelência.

Agora, não posso permitir que o meu partido que é de tantos e tantos companheiros neste Paraná seja escoraçado. É preciso que alguém o defenda em nome da dignidade partidária; da dignidade pessoal e da dignidade política.

E eu me daria muito bem, Deputado Gilberto Carvalho, vou confessar a Vossa Excelência que se nós pudéssemos debater esta realidade partidária em público para o Paraná inteiro ouvir; para o Paraná inteiro constatar.

Não é caso de Vossa Excelência, não é o caso do Deputado Augusto Carneiro, ambos apartes deste Deputado.

Mas, muitos que estão na Frente Liberal foram os que cassaram mandatos neste País, Deputado Gilberto Carvalho, foram os que conduziram a política do PDS neste Paraná e, nestes eu não posso reconhecer autoridade para condenar o PDS. E não reconheço mesmo e, nunca reconhecerei, porque nós que ficamos como aqueles, como Vossa Excelência, que ficaram até pouco tempo. Nós fomos entre traídos e abandonados, realmente pelos que através de imposições administraram os interesses políticos do PDS no Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho - Permita-me Vossa Excelência, mais trinta segundos. Nobre Deputado, sabe muito bem, Vossa Excelência que nós éramos Governo e não estamos no Governo.

Nós não pudemos lutar para que se tomasse uma providência contra as corrupções que reinavam neste País, em vários setores.

Vossa Excelência diz da pressão. Eu não faço política na região da faixa de fronteira. Não tenho nenhum desses municípios.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Mas Vossa Excelência assinou o documento que chega às minhas mãos agora, neste momento.

O Sr. Gilberto Carvalho - Exatamente. Se estes Prefeitos aderiram à Frente Liberal é exatamente porque é ligado a Deputados que estavam na Frente Liberal. Não por

pressão.

O que foi pedido, a nossa preocupação eram com os Prefeitos, com os Municípios.

O SR. AIRTON CORDEIRO - E os Prefeitos que eram do lado do Deputado Tércio, por que aderiram?

O Sr. Gilberto Carvalho - O Prefeito do Deputado Tércio até agora não sabemos se ele vai para o PMDB ou onde ele vai ficar.

O Sr. Tércio Albuquerque - O Prefeito de São Miguel do Iguaçu é meu, foi aliciado.

O Sr. Gilberto Carvalho - A preocupação é que não houvesse uma substituição em véspera de eleição.

Isto foi feito um apelo, mas nenhuma pressão foi feita a quem quer que seja.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Deputado Gilberto Carvalho, eu lamento mais uma coisa, a direção do PDS do Paraná, enviou um telex ao Senhor Tancredo Neves, porque o nome do Senhor Tancredo Neves é citado neste documento, assinado por Vossas Excelências, documento encaminhado aos Prefeitos da área de Segurança Nacional e queríamos saber do Senhor Tancredo Neves, se realmente ele, comprometido com a Nova República tinha feito esse tipo de promessa aos Senhores, mas a enfermidade do Senhor Tancredo Neves impediu uma resposta e possivelmente ela nunca chegou.

Mas eu não posso entender que este documento que está nos Anais da Casa e que também tem a assinatura de Vossa Excelência seja um documento democrático, não o é. Nós não podemos ignorar. Não o é. É uma pressão exercida sobre os Prefeitos.

Concedo o aparte ao Deputado Ivan Gubert e em seguida ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Ivan Gubert - Deputado Airton Cordeiro, naturalmente as suas colocações no programa "Bom Dia Paraná" e no "Correio de Notícias" de hoje, nos causaram estranheza, principalmente a mim...

O SR. AIRTON CORDEIRO - eu quero em primeiro lugar esclarecer a Vossa Excelência que não dei declaração alguma ao Jornal "Correio de Notícias" neste sentido.

O Sr. Ivan Gubert - Eu li no "Correio de Notícias" e então reputei como verdadeiras. Mas me causaram estranheza, principalmente, conhecendo-o como conheço.

Eu não passei ao Partido da Frente Liberal por abandonar o PDS, e desde que passei ao Partido da Frente Liberal, nem eu, nem as pessoas que têm convivido com-

go e que estão no Partido da Frente Liberal, têm tecido qualquer crítica ao Partido que nos elegeu; o partido que nós deixamos. Logo a estranheza é muito maior, quando Vossa Excelência ao fazer a defesa do seu Partido hoje, meu Partido de ontem, leva esta defesa a uma crítica muito violenta a pessoas.

Vossa Excelência conhece e aqui eu discordo do Deputado Augusto Carneiro ao dizer que o nosso Partido é pequeno.

O nosso Partido ainda é pequeno em número, mas Vossa Excelência sabe que pela condição moral daqueles deputados estaduais e federais que compõem, é um Partido já muito grande, porque o Partido se fez de idéias, de pessoas com caráter, com formação e Vossa Excelência bem conhece todas essas pessoas que estão no Partido da Frente Liberal porque com elas conviveu.

Mas, voltando às críticas, Deputado, eu não entendo realmente como o Partido da Frente Liberal, e gostaria até de ser informado, pode estar oferecendo empregos a suplentes, fazendo aliciamento, de vez que nós não temos nada a oferecer. Vossa Excelência bem sabe que nossa proposta é uma proposta de um partido de centro, um partido sem adesismos ao Governo do Estado e nós não temos, realmente, absolutamente, empregos ou nada a oferecer.

Quanto ao assunto levantado, eu me permito só fazer um esclarecimento no que se refere aos Municípios de área de segurança nacional. Vossa Excelência tem o documento em mãos, aí não diz absolutamente outra coisa que não a informação que nos foi dada pelo Presidente Tancredo Neves, de que manteria os atuais Prefeitos, desde que filiados no PMDB ou Partido da Frente Liberal, por uma medida meramente administrativa e seguindo preceitos políticos que ele entendia deveriam ser seguidos.

Nós não pressionamos. Isto é uma simples comunicação que foi feita ao Prefeito. Isto, me permita Deputado, mas realmente, não é uma forma de pressão.

A razão do meu aparte, Deputado, é a seguinte: Eu o conheço e peço, trate o Partido da Frente Liberal com respeito, principalmente os homens que o compõem, com o mesmo respeito que nós do Partido da Frente Liberal o tratamos, como tratamos a todos os parlamentares dos diferentes partidos que estão presentes nesta Assembleia.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência algum dia deixou de merecer o meu respeito?

O Sr. Ivan Gubert - Pessoalmente não, mas estou pedindo...

O **Sr. Ivan Gubert**- Mas o Partido da Frente Liberal, sim.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Quando eu sou indagado sobre a formação do Partido da Frente Liberal do Paraná e eu tenho um dado concreto nas minhas mãos, que é esse documento, Vossa Excelência quer ter um juízo diferente do que seja pressão. No momento em que os Senhores comunicam aos Prefeitos.

O **Sr. Ivan Gubert** - Comunicamos. Comunicamos.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Que eles permanecerão nos seus cargos. Isto é uma forma de pressão.

O **Sr. Ivan Gubert**- Deputado, esta não é uma decisão nossa. É uma decisão do Presidente da República. Nós simplesmente comunicamos.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Por coincidência, Vossas Excelências estavam com o Presidente da República.

O **Sr. Ivan Gubert**- Vossa Excelência como um grande radialista que é, transmite coisas, que muitas vezes não são de sua vontade nem a sua opinião pessoal.

Vossa Excelência está transmitindo um fato que está ocorrendo. Este é o teor do nosso comunicado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Mas é um comunicado. Estou de acordo com Vossa Excelência.

O **Sr. Ivan Gubert**- É um comunicado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Com caráter de pressão.

O **Sr. Ivan Gubert**- Não. De forma alguma.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Não fora isso, eu acho que a discussão vai virar sem fundamento. Porque aqui está um fato irretorquível, Deputado Ivan Gubert. Os resultados estão aí. Os Prefeitos saíram. Por que saíram? Porque receberam isso aqui. Agora se isso aqui não for forma de pressionar, eu confesso...

O **Sr. Ivan Gubert**- Deputado, só para concluir.

Eu estava falando em respeito. Respeito à minha pessoa, eu não estou cobrando. Estou me queixando da falta de respeito ao Partido da Frente Liberal.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu tenho respeito.

O **Sr. Ivan Gubert**- Eu não aceito que Vossa Excelência diga que o Partido da Frente Liberal é um partido formado por derrotados.

Se nós fôssemos todos derrotados, quem sabe os oito deputados do ex-PDS e hoje da Frente Liberal, não estivessem nem aqui. Mas na realidade, sobretudo, nobre Deputado, o Partido da Frente Liberal, é um Partido de homens de formação, de caráter, como nós sabemos que Vossa Excelência o é. E como homens de formação e caráter, nós queremos e pedimos a Vossa Excelência, por favor, respeite não só os homens que são seus companheiros de Assembléia Legislativa, mas sobretudo, uma sigla partidária, que antes de tudo vai aprimorar ainda mais a democracia brasileira. Porque agora nós podemos dizer: com o Partido da Frente Liberal nesta Assembléia, nós temos um pluripartidarismo, que é necessário numa democracia. E, sem o respeito mútuo, sem dúvida alguma, a nossa convivência vai se tornar muito difícil, o que nós não queremos.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O **Sr. Tércio Albuquerque**- Deputado Airton Cordeiro.

Não era do meu desejo apartear-lo, visto que nós estamos até agastados com a nossa Bancada, de reuniões acontecidas para tratar do assunto e os acontecimentos são diferentes. E o agastamento estende-se também a Vossa Excelência.

Entretanto, eu faço este aparte para fazer a defesa do que disseram de Vossa Excelência.

Eu o acompanhei em toda minha região, tentando reerguer, como fizemos, o PDS. Nos Municípios que eu represento, apenas em um não houve convenção porque os companheiros nossos não tiveram tempo para montar o partido político e Vossa Excelência, já no dia de hoje, nomeia a nossa comissão provisória. Vossa Excelência percorreu todos os municípios fazendo elogios ao ex-candidato Saul Raiz. Dizendo da sua hombridade, da sua dignidade, do seu trabalho como Prefeito de Curitiba; do seu trabalho como Secretário. E eu sou testemunha. Por isso que eu estou lhe apartearando. Porque em Marechal Cândido Rondon, em Foz do Iguaçu, em Céu Azul, em Cascavel, em Toledo, em todos os Municípios, eu ouvi de Vossa Excelência, nenhuma palavra feita contra a Frente Liberal. Apenas demonstrando do nosso desejo de continuar como partido político, do nosso trabalho, da nossa luta. E não ousamos sequer, dizer

por aí do nosso aliciamento, a não ser quando essa carta apareceu e foi dito na Assembléia Legislativa. Saiu na imprensa, que o Deputado Gilberto Carvalho quem me fez participar desse debate, com referência ao Prefeito de São Miguel. É, meu Deputado! Lá eu fiz 4 mil e poucos votos, com apoio dele! E na eleição anterior, sem o apoio dele, eu fiz 3.200 votos, Deputado Gilberto Carvalho. O Município sempre foi representado por este Deputado humilde que vos fala, que continua no seu Partido, apesar do agastamento por motivos concretos.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - A Presidência lhe concede um minuto, Deputado Airton Cordeiro para conclusão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, agradecendo a atenção dos Senhores Deputados que permaneceram no Plenário.

Reafirmando que respeito o Partido como instituição; respeito os homens como seres humanos, mas discordarei dos métodos empregados a partir do momento em que esses métodos atinjam aos princípios da boa ética e do bom relacionamento entre homens e partidos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 104/83 e 182/84, e dos Projetos de Lei n.ºs 185/84, 192/84 e 306/84.

2<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 339/84.

1<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 153/84, 201/84, 285/84 e 16/85 e do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 294/84, 303/84, 307/84 e 320/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 1985.

#### A NOBRE RENÚNCIA DE RICHÁ

Osmann de Oliveira

Diante da doença do presidente Tancredo Neves e impressionado com o quadro po-

lítico nacional o governador José Richa preferiu mandar para o Japão, em atenção a compromissos inadiáveis, o vice-governador.

A atitude é digna dos maiores encômios, pois reflete uma posição de solidariedade a quem sensibiliza, nesta hora, os brasileiros de todos os credos, de todas as facções e de todas as correntes, políticas ou não.

Quando Tancredo Neves promovia o Brasil no Exterior, logo após a sua eleição, José Richa, através de entrevistas sucessivas, criticava de certo modo a escolha do seu ministério. Consta, até, que enfrentou certa incompreensão e que por isso não viu nomeado o seu digno chefe da Casa Civil, Euclides Scalco, para o Ministério de Assuntos Fundiários. E, na verdade da verdade, conforme já comentamos, a representação política do Paraná ficou restrita a Afonso Camargo Netto, no Ministério dos Transportes, cuja nomeação decorreu da sua condição de secretário geral do PMDB e não da sua aparente aliança com José Richa, pois, esta nunca foi muito forte.

Agora, porém, neste momento de expectativa e de orações, quando o povo brasileiro se ajoelha e de mãos postas, ergue os olhos para o infinito à procura de Deus, José Richa oferece uma prova de humildade e renuncia a possibilidade de viajar para o oriente a fim de ficar mais perto do presidente eleito. Passou uma borracha em tudo por entender, como bom cristão, ser mais necessária a sua presença no Paraná do que no Exterior.

No Japão, José Richa poderia rezar num daqueles templos de Nara ou de Nikkô; o seu pensamento poderia ser confundido com as suas preces e estas seriam ornadas por burgueses de peônias. Haveria, lá na distância, um sentimento que ligaria outro sentimento numa imensa corrente de fé e de esperança. Todos saberiam compreendê-lo. Mas preferiu ele ficar aqui mesmo. Serena e humildemente preferiu ajoelhar-se na terra e, por certo, ao lado do padre Gustavo Pereira, estará repetindo o Cântico da Criação de São Francisco de Assis, que é mais ou menos assim: "Louvado sejas, ó meu senhor, por aqueles que perdoam por amor de Ti e suportam a enfermidade e a atribulação". E acrescentará: "Felizes aqueles que perseveram na paz".

O gesto que aqui se comenta reflete um estado de alma e testemunha uma atitude, pois, é por elas que se identifica o homem.

É preciso que o homem tenha a coragem de ver a coragem dos outros para bem poder sentir e viver.

José Richa teve uma atitude feliz. E esta só o engrandece.

O momento recomenda reflexão e exemplos. E o Paraná oferece as duas coisas.

O evento não pode ficar sem registro.